



SUMÁRIO

• **Encontros
Concelhios
de Autarcas
Social
Democratas**

(págs. 2 e 4)

• **Entrevista
com o Presidente
da C. P. D. de
Vila Real**

(pág. 5)

• **Facilidades
no pagamento
do Imposto
Complementar**

(pág. 16)

Êxito da visita a Marrocos de Cavaco Silva

DUAS questões fundamentais dominaram a visita do Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, a Marrocos. Na análise das grandes linhas estratégicas entre os dois países, o chefe do Executivo português assegurou o estabelecimento de um acordo de Defesa e o entendimento com Rabat em relação aos problemas africanos. Por outro lado, e para além dos vários acordos assinados, a intensificação da cooperação económica e a garantia de que Marrocos apoiará as posições portuguesas em relação a Timor foram, também, dois pontos que se destacaram desta deslocação oficial.

O Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, terminou a sua visita oficial a Marrocos com uma audiência com o rei Hassan II. O encontro foi dominado por algumas questões de fundo, embora desde a Defesa, à História e à Economia,



O Prof. Cavaco Silva durante a audiência com o Rei Hassan II de Marrocos, e à qual esteve presente o Príncipe herdeiro.

tudo tenha sido abordado entre os dois políticos.

Já no dia anterior, em conferência de Imprensa, o Primeiro-Ministro português tinha afirmado que o grande debate político da sua visita estava reservado para a audiência com o soberano marroquino e de que estava convicto que Hassan II podia vir a desempenhar um papel importante em relação à África Austral.

Aliás, esta foi uma das questões principais que viria a dominar o encontro entre ambos, tendo, ainda, Cavaco Silva acrescentado que existia a possibilidade de Portugal vir a colaborar no processo de independência da Namíbia, mas não com o fornecimento de tropas para o contingente das Nações Unidas.

Na conferência de Imprensa que deu conjuntamente com o seu homólogo marroquino,

Continua na página 6

Ministro das Finanças a propósito do OGE para 89

Quarto orçamento consecutivo para sustentar o progresso de Portugal

O Orçamento do Estado para 1989 é o «quarto orçamento consecutivo que preparamos para sustentar o progresso sólido e seguro de Portugal», — afirmou, aquando da sua apresentação, o ministro Miguel Cadilhe.

As cinco «traves mestras» do OE/89 foram apresentadas sucintamente pelo ministro das Finanças ao sublinhar que este «é o orçamento na insistência na redução do peso do défice, é o orçamento de resposta ao desafio da Europa — 1992, é o orçamento das grandes vias de comunicação, é o orçamento da aposta social na Educação e na Saúde, é o orçamento da coragem pela Reforma Fiscal».

Ladeado pelos secretários de Estado dos Assuntos Fiscais, do Tesouro, e



«Somos pelo rigor e pela qualidade do serviço público»

das Finanças respectivamente, Oliveira e Costa, Rui Carp e Faria de Oliveira, o ministro das Finanças salientou que o Governo tem como objectivo central que 1989 «seja o quarto ano consecutivo de progresso, de crescimento económico e de melhoria do bem-estar das famílias».

Falando das quatro áreas da despesa pública, Miguel Cadilhe referiu que o OE/89 dá prioridade às infraestruturas (como estradas e outras vias de comunicação), à educação (com o grande objectivo da «generalização do acesso à Educação»); À saúde (com o grande objectivo da qualidade e dos ganhos de eficiência) e às despesas do Estado que permitam atrair fundos estruturais da CEE.

Por outro lado, Miguel Cadilhe pronunciou-se

Continua na página 11

Vitor Crespo reeleito Presidente da AR



O Prof. Vitor Crespo foi reeleito Presidente da Assembleia da República, cargo que ocupará durante os próximos três anos, de acordo com o novo Regimento do Parlamento. Os outros sociais democratas eleitos para a mesa da Assembleia são: Manuela Aguiar (vice-presidente), Reinaldo Gomes e Daniel Bastos (secretários) e João Salgado (vice-secretário).

POVO LIVRE

Devido ao feriado de 1 de Novembro, «POVO LIVRE», na próxima semana, apenas será distribuído na quinta-feira, dia 3.

Como te amo, Madeira

É bom ser social-democrata; é bom fazer parte desta grande família, onde tenho tantos e tão bons amigos; é bom ter um líder nacional tão competente e responsável como o Professor Cavaco Silva; é bom ter na Madeira um grande Homem, como o Dr. Alberto João Jardim; é bom militar com alma e coração, na Secção D, tendo como Presidente da Comissão Política, de que faço parte, o meu bom amigo Dr. José Motta Veiga.

Foi bom o dia 25 de Setembro e os dias que se seguiram. E foi bom, porque voei para o Funchal, a convite do Secretário Regional do Turismo e Cultura, Dr. João Carlos Abreu, para ali fazer a

apresentação do meu livro de poemas Amor e Desespero.

Falar da Madeira, que havia visitado há quinze anos, é quase impossível; naquela altura apenas me apercebi da grande beleza natural da Ilha, nada mais; o resto era vulgar, e a tristeza do ilhéu reflectia-se no rosto do seu povo. Hoje, toda a ilha é cor, luz e beleza, a contrastar com o progresso de uma ilha moderna. O Funchal apaixonou-me; os ilhéus encantaram-me. Durante a cerimónia da apresentação do meu livro, o ambiente foi de espiritualidade, ternura, amor e flores, como só os que amam a cultura o sabem fazer. Foram palavras lindas, ditas pelo Dr. João

Carlos Abreu, que conjugou a VIDA com o AMOR. Foram palavras que não foram ditas, mas aparentes, nos olhos das senhoras, cavalheiros e jovens que estiveram presentes. Foi inspiração no meu discurso, onde falei sobre o amor, que tanta ternura envolveu todos os meus companheiros. Foram palavras de estímulo e carinho ditas pela mãe do Dr. Alberto João Jardim, que representou seu filho que, por motivos vários — estava-se em campanha eleitoral —, não pôde estar presente. Foi bom ter autografado para eles, durante mais de uma hora, os livros que levei e que lhes foram oferecidos pela Secretaria Regional do Turismo e Cultura, através do seu Secretário,

Dr. João Carlos Abreu, que tanto tem feito pelo Turismo e Cultura na Madeira.

Foi tremendamente bom o apoio que me foi dado durante quatro dias — tão poucos, mas tão bons —, que estive na Madeira.

FOI bom o carinho que os poetas Dr.^a Maria Margarida Silva, directora e fundadora das Bibliotecas «O Jardim», e Dr. João Silva (Sílvia), distinto poeta, me dispensaram, tais como eu, membros da Associação Portuguesa de Poetas.

Foi-me muito grato ter visitado o Teatro Baltasar Dias, a convite da Dr.^a

Ana de Freitas, que tanto interesse manifesta pelo seu Teatro, pela poesia e pelas artes em geral.

Foi-me muito grato ter visitado a Biblioteca «O Jardim», acompanhada pelo querido professor Rui, onde me senti uma menina como os meninos que a enriquecem, com o seu saber puro e ingénuo, dotados precocemente do sentir a cultura.

Foi bom ter sido assistida com eficiência e deferência pelo pessoal do Hotel onde estive hospedada.

E, por fim, foi bom sentir a presença constante e amiga do nosso companheiro Sr. Álvaro Ramos, pioneiro da ideia deste sonho realizado, deixando de parte os seus afazeres profissionais, que

me acompanhou em visita àquela Ilha, onde Deus e a Social-Democracia primam para torná-la cada vez mais bela e feliz.

Como tudo foi poesia e encantamento, é com esse sentimento que eu agradeço a todos, especialmente ao companheiro Dr. Alberto João Jardim, dinâmico Presidente do Governo Regional da Madeira, e Dr. João Carlos Abreu, Secretário Regional do Turismo e Cultura, que tanto têm feito para desenvolver ali o Turismo e a Cultura, sem se escusarem a grandes esforços. Para todos os meus agradecimentos e saudações social-democratas.

Maria Aurora Santos Costa
(Secção D)

Encontro Concelhio de Autarcas Social Democratas de Valongo

DECORREU, em 8 do corrente, um Encontro Concelhio de Autarcas Social-Democratas do Concelho de Valongo.

Na abertura, Cardoso do

Vale, Presidente da C.P.S. do P.S.D. de Valongo, sublinhou que o desenvolvimento regional depende essencialmente de autarquias cujos titulares demonstrem dinamismo e com-

petência, defendendo acções deste género, pois delas advêm resultados positivos para as populações.

Referiu ainda a importância duma grande articulação entre



os titulares dos vários órgãos autárquicos e as estruturas do partido.

No respeitante às próximas eleições autárquicas, o Secretário-Geral Adjunto do PSD, Manuel Moreira, definindo o objectivo principal de obter uma votação que dê ao P.S.D. a gestão da Câmara Municipal, e do maior número possível de Juntas de Freguesia, foi exposta a estratégia a seguir, bem como o quadro de orientação na escolha e selecção de candidatos.

De seguida, o Secretário Geral Adjunto do P.S.D. Manuel Moreira, em amplo debate com os cerca de oitenta autarcas e militantes presentes, frisou que o Partido Social Democrata vai aceitar o desafio de concorrer em todas as freguesias e concelhos do nosso País e tentará cumpri-lo plenamente.

E, porque um dos aspectos importantes da nossa estratégia eleitoral é a escolha de candidatos, o P.S.D., em Valongo, como no resto do País, não vai circunscrever-se ao conjunto vasto dos seus militantes. Se, em casos específicos e no interesse de uma gestão autárquica mais dinâmica, equilibrada e abrangente, a solução mais conveniente for encontrada através de um cidadão independente, prestigiado e tecnicamente capaz, o P.S.D. não hesitará em promover a candidatura de tal personalidade.

Em conclusão, referiu que a nossa escolha, no caso concreto do Concelho de Valongo, e estruturada através de democrático debate interno e levada à prática com a intenção de melhor servirmos os interesses dos valonguenses espalhados pelas cinco freguesias através de um programa e compromisso eleitorais, que oportu-

namente divulgaremos.

O Dr. António Herdeiro, técnico superior da C.C.R. Norte, abordou o tema «A reforma fiscal e as autarquias».

REFERIU que seria cómodo ao Governo que, não fosse levada à prática em ano de eleições autárquicas, uma lei que, pela sua especificidade e expressão entrasse em vigor de imediato, já que os Partidos da Oposição pretendem tirar precipitadas conclusões sobre os seus efeitos. O Governo, no cumprimento do seu Programa de reformas estruturais e no interesse nacional, obteve a aprovação da Lei pela Assembleia da República.

Acrescentou que temos a certeza que em Sede própria, os interesses das autarquias serão salvaguardados na expressão e montante das suas receitas por ser esse o objectivo do Governo, do interesse dos autarcas e por maioria de razão, dos eleitores espalhados por Portugal inteiro que querem ver as suas autarquias com meios mínimos para melhoria das condições sócio-económicas e culturais.

A preparação técnico-Administrativa do autarca foi então tema versado pelo Dr. Jorge Simão, Adjunto do Secretário de Estado de Administração Local e do Ordenamento do Território. Os autarcas presentes tiveram a oportunidade de ser confrontados com a apresentação de diversos esclarecimentos de ordem técnico-legal no sentido de melhor cumprirem as suas atribuições nos órgãos autárquicos à luz da vasta e diversa legislação existente.

Atribuições e competências, área financeira e Contabilidade foram essencialmente os assuntos mais de perto por-

norizados pelo orador, em resposta a questões postas pelas dezenas dos autarcas presentes.

Com um debate vivo entre os participantes, prodendeu-se de seguida à análise e abordaram-se as perspectivas futuras da actividade dos órgãos autárquicos municipais e das freguesias.

Nomeadamente, referiu-se o facto do concelho de Valongo não ter Plano Director Municipal, nem haver perspectivas nesse sentido. É que não há por parte do Executivo da Câmara Municipal, vontade política de concretizar tal objectivo.

Foram realçados os aspectos negativos de tal situação.

Foram apontados erros sucessivos na política de construção, ou no «deixar construir». Esta política, ou ausência dela, foi exemplificada com o actual estado de Ermesinde. Foi também presente o receio de que as outras freguesias do Concelho sigam o mesmo caminho.

Sobre a Escola de Ermesinde, conclui-se que apesar de inaugurada há dois anos, foi construída para 60 turmas e funcionam lá 104 turmas. Mais de 1.000 alunos de Ermesinde, estudam fora da vila.

Sublinhando o empenho da estrutura local do P.S.D. na criação da Escola Secundária n.º 2.

Focada a falta de interesse da Câmara Municipal por este projecto, cuja colaboração é necessária para uma rápida resolução.

O Secretário Geral da A.N.A.S.D., João Paulo Zbyszewski, encerrou os trabalhos fazendo um resumo do encontro e tecendo algumas considerações sobre a Associação Nacional dos Autarcas Social-Democratas.

Sindicato dos Bancários do Norte AMANHÃ — VOTA

Colega, apelamos ao seu voto. Não se abstenha. **A sua abstenção ou o voto na Lista G, que não tem possibilidades de ganhar, é um voto indirecto na Lista E. Consigo vamos ganhar e VAMOS CONTINUAR** a trabalhar, mais e melhor.

- A opção é entre a LISTA E e a LISTA H
- A grandeza da obra iniciada não pode ser interrompida
- NÃO SE ABSTENHA NEM DESPERDICE O SEU VOTO
- Vote futuro em segurança
- VOTE SAMS E CLÍNICA DOS BANCÁRIOS
- Consigo, **VAMOS CONTINUAR**
- VOTE LISTA H para a Direcção e Mesa
- VOTE LISTA I para o Congresso

VOTE LISTA

H

Decisões do Conselho de Ministros

NA reunião do Conselho de Ministros do passado dia 20, o Primeiro Ministro fez uma detalhada exposição sobre a sua visita ao Reino de Marrocos.

O Ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação fez uma exposição ao Conselho de Ministros sobre as negociações havidas em Bruxelas sobre os apoios a dar pela CEE à indústria de conservas de sardinha.

As conclusões destas negociações foram altamente positivas para Portugal pois além da anulação a partir de 1.1.89, dos direitos aduaneiros que aquela indústria pagava nas suas exportações para os países da CEE, seu principal mercado, obteve-se também o compromisso firme da Comunidade em apoiar a partir do próximo ano, com subsídios a fundo perdido, os projectos de investimentos que tenham como objectivo a modernização da indústria conserveira nacional.

Foi aprovado um diploma que simplifica os procedimentos alfandegários e aduaneiros, em benefício dos agentes económicos e da celebridade do comércio jurídico, ao estatuir, nomeadamente, a dispensa de grande número de formalidades até agora exigidas a embarcações ou aeronaves

que se encontrem em território nacional provindo do estrangeiro.

Apoio ao sector da construção naval

Foi criada a Comissão do Programa RENAVAL que é um programa comunitário que visa contribuir para atenuar as consequências regionais da reestruturação do sector de construção naval, apoiando as medidas tomadas pelos Estados Membros no sentido da reconversão das zonas mais afectadas, através da criação de actividade e empregos alternativos.

A referida Comissão deverá apresentar os programas de intervenção a apresentar no âmbito desse instrumento comunitário e gerir a sua aplicação no território nacional.

Essa Comissão será presidida por individualidades a nomear por despacho conjunto dos Ministros do Planeamento e Administração do Território e da Indústria e Energia e disporá de uma dotação inicial de 9 Mecus (cerca de 1,5 milhões de contos) a serem aplicadas na região de Setúbal.

Portugal irá ainda candidatar-se a novas dotações decorrentes do processo de reestruturação

em curso na SETENAVE.

Devido ao surto de desenvolvimento por que passa actualmente a actividade turística, torna-se necessário dotar o sector de serviços e mecanismos financeiros apropriados ao seu constante progresso.

Nesse sentido o Governo aprovou um diploma segundo o qual o Fundo de Turismo passa a ser autorizado a participar em sociedades de capital de risco, em sociedades de desenvolvimento regional e em outras sociedades da mesma natureza vocacionadas para o desenvolvimento do turismo.

Reforçar o movimento associativo estudantil

A lei nº 19/87, de 1 de Junho, veio consagrar o dia 24 de Março como o Dia Nacional do Estudante e atribuir ao Governo a competência para regulamentar a atribuição dos apoios no âmbito das comemorações daquela data, bem como a instituição de um prémio anual de trabalhos escritos sobre a temática estudantil.

O Governo aprovou um decreto-lei que define as condições e formas de apoio às comemorações daquela data, tendo em conta que a participação dos jovens em geral, e dos estudantes em particular,

nas referidas comemorações constitui uma das formas de dinamização e reforço do movimento associativo.

Foram aprovados os Códigos

- IRS
- IRC
- CA

dando, assim, sequência, aos trabalhos de Reforma Fiscal. Os projectos dos códigos tinham sido presentes a Conselho de Ministros há cerca de 1 mês e foi então deliberado recolher sugestões dos parceiros sociais e dos agentes económicos e associações em geral.

Os contributos recebidos foram muitos e de valia. Acolhidos os que mereciam sê-lo, e após uma reunião do Conselho Permanente de Concertação Social na passada 2ª feira que decorreu de forma construtiva e conclusiva (conforme consta das notas finais sobre o IRS e IRC), ficaram os Códigos em condições de serem aprovados definitivamente, o que hoje aconteceu no Conselho de Ministros.

Trata-se de uma deliberação que culmina todo o longo processo, em que afirma determinação do Governo em levar a Reforma Fiscal por diante foi decisiva. Há duas dezenas de anos que no País se prometia fazer uma reforma fiscal, mas esta não avançava.

Candidaturas ao IAPMEI

O Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais (IAPMEI) recebeu 978 candidaturas aos benefícios do Sistema de Incentivos de Base Regional (SIBR) na segunda fase de candidaturas.

Os projectos que vão ser financiados com recurso aos apoios comunitários estão agora a ser analisados e os aprovados deverão ser conhecidos até final do mês.

As candidaturas apresenta-

das envolvem um investimento global de 140 milhões de contos. A indústria têxtil é a que apresenta projectos com maior volume de investimentos — 33,7 milhões de contos — logo seguida pela metalomecânica, com 32,7 milhões. Estes dois sectores correspondem a 48 por cento do total do investimento.

Os projectos apresentados permitem a criação de 23 mil novos postos de trabalho.

TSD congratulam-se com acordo sobre revisão constitucional

O Secretário Nacional dos Trabalhadores Sociais Democratas congratula-se com o acordo a que chegaram o PSD e o PS sobre a revisão da Constituição e felicita por isso os negociadores e os líderes dos dois partidos.

Esta manifestação de patriotismo do PSD e do PS é um impulso sério para Portugal ganhar o desafio da Europa, porque as áreas que foram objecto do acordo representam um passo muito importante na identificação da nossa Lei Fundamental com a de cada país membro das Comunidades Europeias, nomeadamente nos domínios económicos e ideológico.

Com estas alterações e outras que no Parlamento venham a ocorrer, por iniciativa daqueles dois partidos ou de qualquer outra força parlamentar apostada na modernização e no progresso do País, são arredados os constrangimentos constitucionais à preparação adequada da nossa economia para enfrentar com sucesso o embate concorrencial de 1992.

O texto constitucional continuará a garantir devidamente os direitos e liberdades dos cidadãos e a dignidade do trabalho e do trabalhador, aspectos a que os TSD conferem vital importância.

Êxito das negociações de Bruxelas sobre a indústria de sardinha

AS exportações portuguesas de conservas de sardinha para a CEE vão penetrar no mercado comunitário a partir de 1 de Janeiro do próximo ano, livres de direitos aduaneiros.

Esta decisão foi tomada a semana passada pelo Conselho de Ministros das Pescas da Comunidade, com o voto contrário da Espanha, e visa reduzir em cinco pontos percentuais o nível actual dos direitos alfandegários. A decisão

afecta as conservas portuguesas e as espanholas.

Portugal conseguiu naquela negociação um importante sucesso porque a redução em cinco pontos percentuais anula, na prática, a totalidade dos direitos alfandegários. As conservas portuguesas estavam sujeitas a 6,5 por cento de direitos alfandegários que, agora, passam para 1,3 por cento — um nível que não é cobrável de acordo com as regras do comércio internacional.

A oposição da Espanha à proposta feita por um grupo de estados membros traduz o descontentamento por uma decisão que não permitirá eliminar totalmente os direitos alfandegários aplicados às suas exportações de conserva de sardinha para o mercado comunitário.

Efectivamente as conservas espanholas, cujos direitos alfandegários eram superiores aos aplicados às conservas portuguesas, beneficiarão

também da redução de cinco pontos, mas ficarão ainda sujeitas a um direito alfandegário da ordem dos 13 por cento.

Com esta decisão os industriais portugueses conseguiram uma dupla vitória. Por um lado, viram repostas no mercado comunitário as suas condições de concorrência com as conservas marroquinas e, por outro, têm agora a garantia da Comissão Europeia de que serão tomadas medidas de apoio ao sector em toda a comunidade.

CONVOCATÓRIAS

Ovar

Convocam-se todos os militantes da Secção de Ovar para uma reunião da Assembleia de Secção no dia 4 de Novembro, pelas 21:00 horas, a realizar na nossa Sede Concelhia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: — Análise da situação política.

Secção C

Nos termos estatutários aplicáveis, convoca-se a assembleia de militantes da Secção C de Lisboa (Olivais e Marvila) para uma reunião a efectuar dia 3 de Novembro, pelas 21,30 horas, na Sede da Secção, Rua Cidade de Cabinda, 6-C, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1 — Informações

2 — Análise da situação política no Município de Lisboa, com a presença dos vereadores social-democratas Lívio Borges e Victor Reis.

Seixal

Ao abrigo do art.º 49.º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal, para se reunir no próximo dia 28 pelas 21 horas, na Sede Concelhia, Rua do M. F. A. Lote 2, Correr de Água, Amora, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações

2 — Análise da situação político-partidária

Vimioso

Ao abrigo dos Estatutos convoca-se a Assembleia de Secção de Vimioso do PSD para reunir em sessão ordinária na Sede da Secção, na Rua dos Barreiros, às 20,30 horas no próximo dia 13 de Novembro, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Eleição da Mesa da Assembleia, da Comissão Política Concelhia e Delegados à Assembleia Distrital.

**BUSTO
A SÁ CARNEIRO
NA CIDADE
DE VILA NOVA DE GAIA
HOMENAGEM AO GRANDE
ESTADISTA PORTUGUÊS
PARTICIPE • COLABORE
CONTRIBUA**

**COMISSÃO PRÓ-BUSTO
A FRANCISCO SÁ CARNEIRO**

RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, 1339
APARTADO 205

4403 VILA NOVA DE GAIA
CODEX TELEFONE — 393918

Conta bancária n.º 036970
Banco Pinto & Sotto Mayor
Vila Nova de Gaia

Conclusões do V Encontro Concelhio de Autarcas Social Democratas de V. N. de Gaia

REALIZOU-SE, nos passados dias 8 e 9, o V Encontro Concelhio de Autarcas Social Democratas de Vila Nova de Gaia, com o seguinte programa:

— Abertura do Encontro.
Milton Reis — Presidente da Comissão Política da Secção de Vila Nova de Gaia.

Análise e perspectivas futuras da actividade dos órgãos autárquicos municipais e das freguesias.

Presidente da Câmara Municipal — Pinto Simões.

Vereadores: Gil Marques, Tristão Reis, Tomás Rodrigues.

— Planeamento urbanístico e licenciamento de obras.

José Miguel Sardinha — Assessor ao Secretário de Estado da Administração Local e do Ordenamento do Território.

— A modernização Administrativa das Autarquias.

Castro Almeida — Administrador da Comissão de Coordenação da Região Norte.

Desenvolvimento Turístico de Vila Nova de Gaia.

Licínio Cunha — Secretário de Estado do Turismo.

Estratégia Eleitoral do PSD para as eleições autárquicas de 1989.

Manuel Moreira — Secretário-Geral Adjunto do PSD.

— Sessão de Encerramento.

António Capucho — Vice-Presidente do PSD e Ministro dos Assuntos Parlamentares.

CONSIDERANDO que a dimensão do concelho de V.N. Gaia lhe confere o direito de cotar-se como o quarto maior município do país e que, desse facto, decorre um enorme peso de responsabilidade para os seus autarcas, na senda do progresso e do desenvolvimento, através de definição e aplicação de políticas, global e sectoriais, os autarcas do partido social democrata de V.N. Gaia tendo analisado e reflectido sobre a actividade autárquica desenvolvida até esta fase do mandato, tendo inventariado as carências do concelho, tendo potenciado e perspectivado as iniciativas municipais, em ordem a responder e corresponder à fase histórica de projecção e engrandecimento de V.N. Gaia e consciencializados de que a finalidade primária das instituições municipais consiste em facilitar a vida ao munícipe, o que supõe por um lado:

A disponibilidade de meios necessários para organizar e prestar serviços públicos dignos que permitam dispor, na cidade e no concelho, de uma vida melhor e mais agradável, e por outro lado:

Remover os obstáculos que existem ou tendam a criar-se em relação a qualquer actividade criativa e produtora de riqueza e de bem estar.



Deliberaram no termo destas jornadas aprovar as seguintes conclusões:

REITERAR fidelidade ao projecto de gestão municipal que o PSD apresentou ao eleitorado e que tem vindo a merecer o empenhamento dos seus eleitos, em prol dos reais interesses do concelho, pese embora a obstrução e falta de solidariedade dos partidos da oposição.

2º — Congratula-se pela acção desenvolvida pelos autarcas do PSD e apoiá-los na realização dos objectivos definidos pelo executivo camarário, na certeza de que V.N. Gaia continuará a desenvolver-se e

modernizar-se sob o signo da gestão social-democrata que a tudo sobrepõe os reais interesses do destino colectivo da comunidade que serve.

3º — Regozijar-se com o surto de projectos e empreendimentos na área de desenvolvimento económico e social, que se faz sentir no concelho e que, a breve prazo, propiciará aumento de riqueza e bem estar das populações.

4º — Criar e apoiar a criação de condições de equipamento social e infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da iniciativa privada estimulando e facilitando a instalação de empresas, associações e colectividades, no âmbito

territorial do concelho, através de uma política de atracção de investimentos geradores de postos de trabalho e de riqueza social e económica.

5º — Apoiar as actividades culturais, recreativas e desportivas, impulsionando as iniciativas da populações, aplicando critérios objectivos de distribuição de subsídios públicos, criando ou fomentando a criação de centros ou estabelecimentos de lazer, que permitam a realização e convivência do munícipe Gaíense, com especial relevo para a concretização do parque municipal de campismo e do parque desportivo da cidade.

6º — Satisfazer com carácter solidário as necessidades essenciais e sociais dos munícipes mais desfavorecidos, mormente no tocante à habitação social — o que decorre do já aprovado contrato de desenvolvimento que garante a construção de 787 fogos, para além dos programas lançados e a lançar pelas diversas freguesias do concelho em regime de auto-construção — minimizando de forma significativa o problema habitacional que de há anos vem afligindo-o.

7º — Continuar com a iniciada recuperação e beneficiação dos arruamentos de maior tráfego urbano, redobrando esforços para a solução do esquema viário do concelho como alavanca fundamental, que é, do seu desenvolvimento.

8º — Modernizar a administração municipal, mediante a profissionalização do funcionário local, a simplificação de procedimentos e supressão de trâmites, a informatização dos serviços municipais, avançando no projecto da cartografia digital em que V.N. Gaia é pioneira, por forma a uma gestão coordenada e eficaz, maior controle e simplificação administrativa.

Neste capítulo e, perante os novos desafios que são colocados às autarquias e reconhecida que é a exiguidade dos meios financeiros de que dispõe para fazer face às inúmeras carências das populações importante e necessário se torna que os órgãos autárquicos promovam o aproveitamento e potenciação dos recursos ao seu alcance, designadamente, mediante as melhorias de funcionamento que podem implementar-se ao nível de organização dos serviços, do controlo de gestão, do desenvolvimento dos recursos

humanos e da introdução de novas tecnologias.

9º — Acelerar a elaboração do plano director municipal — tendo em conta que o ordenamento do território é uma política fundamental em matéria de ocupação correcta dos solos para fins urbanos, de modo a preservar a qualidade do ambiente e a qualidade de vida dos cidadãos — propugnando uma política de urbanismo e ecologia que garanta o prazer de viver, de trabalhar e recrear-se neste território.

10º — Impulsionar uma política de turismo, como extraordinário factor gerador da actividade económica, aproveitando as enormes potencialidades do concelho.

11º — Solicitar ao senhor Presidente da Assembleia da República a acção e influência, tidas por convenientes, no sentido de, a quando da revisão constitucional ou em processo legislativo próprio sobre a lei eleitoral, venha a ser consagrada a possibilidade de constituição de maiores reais, por forma a se obter uma gestão homogênea e eficaz nos órgãos autárquicos municipais.

12º — Reconhecendo a imprescindibilidade da intervenção feminina na vida pública da sociedade a designadamente na comunidade local, diligenciar para que as mulheres de V. N. de Gaia, perfilhando os ideais da social-democracia se motivem e se disponham a integrar os órgãos autárquicos nas próximas eleições.

13º — Solicitar às instâncias competentes a apreciação do desiderato-projecto da criação e instalação no concelho de V. N. de Gaia de uma escola, ramo ou faculdade do ensino superior, correspondendo às reais potencialidades do concelho, face à sua dimensão territorial e populacional, assim se contribuindo para a descentralização e democratização do ensino.

Finalmente e tendo em conta as eleições autárquicas de 1989:

14º — O PSD consciente da obra de desenvolvimento e modernização da cidade e do concelho de Vila Nova de Gaia, que iniciou no actual mandato autárquico, considera fundamental dar continuidade à mesma e para tal consideramos indispensável a existência de estabilidade política autárquica e isso só se consegue com uma maioria política dos social-democratas nas próximas eleições autárquicas para podermos liderar com toda a coerência e de forma determinada o município de Gaia e as suas freguesias, a bem da população e da sua qualidade de vida.

Assim, vai o PSD

Assumir como estratégia eleitoral para as próximas eleições autárquicas, as acções tendentes à consolidação e reforço da sua implantação nos órgãos das autarquias locais, criando condições que permitam exercer os seus mandatos de acordo com as opções de política local que coerente e autonomamente definam para o desenvolvimento das suas autarquias.

Com o PSD continuar a desenvolver e modernizar V. N. de Gaia.

CONVOCATÓRIAS

A. D. de Vila Real

Por deliberação da Comissão Política Distrital, convoca-se a Assembleia Distrital, para reunir ordinariamente no dia 12 de Novembro pelas 15 horas, na Escola Secundária de Vila Pouca de Aguiar com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Informações
- Análise da situação política
- Eleição dos Órgãos Distritais.

Abrantes

Nos termos do artigo 49 dos Estatutos do PSD, convoca-se uma reunião ordinária da Assembleia da Secção de Abrantes para as 21h00 do dia 5 de Novembro na Sede da Secção em Abrantes, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação política.

Aveiro

Ao abrigo do disposto no art.º 49.º dos Estatutos do PSD, convoco uma Assembleia da Secção para o próximo dia 28 pelas 21h30, na Sede da Comissão Política Concelhia, Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177, 1.º com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

Ponto único: Discussão de assuntos de interesse para o Partido

CPD da AML

Convoca-se a Comissão Política Distrital da AML e os deputados pelo Círculo de Lisboa, para uma reunião a realizar no próximo dia 27, pelas 21.30h na Rua da Conceição, 113 3º em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise da situação política

Castelo Branco

Nos termos do art.º 49.º dos Estatutos, convoco a Assembleia de Secção para o próximo dia 28 pelas 21 horas, na Sede do Partido em Castelo Branco, com a seguinte,

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — Informações.
- 2 — Análise da situação política.

Cacém

Ao abrigo dos Art.ºs. 48º e 49º dos Estatutos do Partido, convocam-se os militantes da Secção do Cacém para uma Assembleia Ordinária da Secção a realizar no próximo dia 11 de Novembro, pelas 21 horas, na Sede (Rua Elias Garcia 71, 1.º-Dt.º — Cacém), com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise da situação político-partidária
- 3 — Eleições autárquicas para 1989 — estratégia política

Ourique

Ao abrigo do disposto nos estatutos do PSD convoca-se a Assembleia de Secção de Ourique para reunir no dia 26 de Outubro, pelas 21h30, na Casa do Povo de Ourique, Av. 25 de Abril, em Ourique, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleger a Mesa da Assembleia de Secção
- 2 — Eleger a Comissão Política da Secção
- 3 — Eleger os Delegados à Assembleia Distrital

Miranda do Douro

De harmonia com as disposições dos Estatutos do PSD, convocam-se todos os militantes da Secção Concelhia de Miranda do Douro para uma reunião da Assembleia Concelhia a realizar no próximo dia 19 de Novembro, pelas 21 horas, na Sede do partido, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único — Discussão da situação política local e distrital

Presidente da CPD de Vila Real

Vale a Pena trabalhar pelo ideal social-democrata

Persistem ainda alguns obstáculos ao desenvolvimento do Distrito de Vila

Real, mas estão a esbater-se rapidamente e não parece já longe o dia em que as penalizações pela interioridade estarão reduzidas ao mínimo, como transparece desta entrevista com o Presidente da Comissão Política Distrital do PSD daquele Distrito, João José Alves Pereira.

«Povo Livre» — O Distrito de Vila Real vive um período de mudança acelerada. Até que ponto essa mudança foi influenciada pelo PSD?

João José Alves Pereira — Num distrito onde o PSD é maioritário, naturalmente que todo o desenvolvimento passa pelas estruturas do PSD. Nós somos maioritários em todas as autarquias e o desenvolvimento que se opera no Distrito sofre a influência e beneficia do trabalho das gentes do PSD.

Assim, sem dúvida que o PSD tem influência em todo o desenvolvimento que se verifica no Distrito de Vila Real.

«P.L.» — Quais os sectores em que se colocam obstáculos a esse desenvolvimento e o que seria necessário para transpô-los?

J.J.A.P. — O principal obstáculo ao avanço do Distrito são as vias de acesso, pois que o desenvolvimento de uma região passa essencialmente pelas facilidades de comunicação.

Assim, os obstáculos a um nosso maior desenvolvimento residem essencialmente nessa área.

Esses obstáculos estão a ser transpostos e a breve prazo deixarão de existir; não digo que sejam totalmente eliminados, mas serão muito atenuados.

Grande parte do Distrito de Vila Real ficará servido pela via rápida Porto — Bragança, e daí que possa dar um novo e grande passo em frente.

Todavia, não bastará essa via rápida para que o desenvolvimento do Distrito seja pleno, porque o seu destino não está apenas ligado a esta via rápida, havendo ainda outros obstáculos a transpor, como seja a concretização da navegabilidade do Rio Douro, que também vai ser uma realidade a médio prazo.

Há ainda um outro ponto, que não será verdadeiramente um obstáculo, mas provoca dificuldades no desenvolvimento, que é a questão da fronteira de Vila Verde da Raia, assunto que tem de ser resolvido e de receber o tratamento adequado.

Resumindo, quanto às vias de comunicação, o desenvolvimento do Distrito passa fundamentalmente pela chamada IP4, até Vila Real, que está em vias de concretização, fal-

tando depois a ligação para Bragança, a fim de que preste o serviço efectivo que se espera dessa via, que é a da ligação do Litoral a Espanha; terá que ter também a sua concretização o IP5, entre Chaves e a Figueira da Foz. Naturalmente que com estes dois eixos principais, e desde que sejam melhorados depois os itinerários complementares, os principais obstáculos ao nosso desenvolvimento deixarão de existir.

Enquanto isso não estiver completamente concretizado continuaremos a sofrer de uma interioridade que embora já não seja hoje tão evidente ainda nos preocupa bastante.

«P.L.» — Quais as linhas mestras que orientam a sua actividade como Presidente da Distrital?

J.J.A.P. — A minha orientação tem sido no sentido de congregar esforços para que haja união entre todos os militantes e que dessa união resulte um trabalho efectivo e o partido cresça; mas não de uma maneira desordenada, e sim concertada; de conseguir que o ideal social-democrata seja cada vez mais forte dentro do Distrito e que o nosso par-

João José Alves Pereira



E quando se vive uma situação de atraso, como é vivida ainda pelo Distrito de Vila Real, não obstante todo o desenvolvimento já registado, as responsabilidades são assacadas em grande parte às autarquias sociais-democratas.

Como o PSD é maioritário nessas Autarquias, o peso do atraso que ainda se regista e o esforço que é necessário desenvolver para imprimir um andamento acelerado ao desenvolvimento, naturalmente que implicam um acréscimo de preocupações aos sociais-democratas.

Sentimos, efectivamente, um peso tremendo sobre os nossos ombros, pois ao termos a maioria temos também muito maiores responsabilidades na resolução dos problemas.

Não nos falta coragem: os dirigentes distritais e os militantes do PSD nunca viraram a cara aos problemas, assumindo sempre com coragem e

Sentimos, efectivamente, um peso tremendo sobre os nossos ombros, pois ao termos a maioria temos também muito maiores responsabilidades na resolução dos problemas

tido tenha cada vez mais força e influência; mas que dessa influência resulte uma forma positiva e que dessa união e desse trabalho resulte um trabalho que seja visto como social-democrata.

«P.L.» — A forte componente social-democrata nas Autarquias Locais do Distrito tem originado problemas de apoio que sejam difíceis de solucionar? Em que sentido se tem orientado a sua acção nessas Autarquias?

J.J.A.P. — A esse propósito não posso deixar de recordar que «grande nau, grande tormenta». Efectivamente, existindo muito peso social-democrata nas Autarquias Locais, é natural que haja problemas em relação com esse peso.

determinação as suas responsabilidades. E num balanço da actividade desenvolvida pode-se verificar que valeu a pena todo o esforço desenvolvido e que vale a pena trabalhar pelo ideal social-democrata, porque conduzirá a uma política e a uma situação de bem-estar, cujos benefícios já começam a ser sentidos pelas populações. Nós, os sociais-democratas, somos, efectivamente, os protagonistas do grande desenvolvimento que se vem a verificar não só no nosso Distrito, mas também em todo o País.

Claro que existem problemas de várias ordens, designadamente de ordem política, nas Autarquias Locais sociais-democratas deste Distrito, que não sendo regra geral muito graves não deixam de nos preocupar.

demonstram, podemos antever que no próximo acto eleitoral o PSD saia reforçado.

Não direi desde já que esse esforço irá premiar este ou aquele concelho, mas estou convencido que, de uma forma global, o partido, a nível deste Distrito, sairá reforçado.

«P.L.» — Neste distrito, qual a estratégia já definida para as eleições autárquicas?

J.J.A.P. — Esta Comissão Política está a fazer reuniões para estudar a forma como vai abordar este problema a nível do Distrito, em geral, e de cada concelho, em particular.

Neste momento ainda não temos estabelecido rigorosamente o nosso plano de intervenção, pelo que não podemos dar certezas sobre o caminho que vamos seguir ou sobre a nossa estratégia para as eleições autárquicas.

«P.L.» — Quais os reflexos da política governamental neste Distrito, e em que medida os resultados das eleições autárquicas irão ser influenciados por essa política?

J.J.A.P. — Torna-se evidente para todos os portugueses, e também para os eleitores deste Distrito, que o Governo tem governado bem o que, dado que se trata de um governo social-democrata, não poderá deixar de ter para nós

concelhos em que os candidatos às eleições autárquicas têm um certo carisma, e naturalmente, quando isso acontece, a acção do Governo já tem menos influência, sendo mais recordada na altura da votação a acção positiva já desenvolvida pelo candidato autárquico, pelo que, nestes casos, os resultados eleitorais têm mais a ver com o próprio valor desses candidatos e a imagem que têm junto dos eleitores.

Há casos, verificámos isso ainda o ano passado, em que se verificaram nas eleições legislativas resultados muito superiores aos das autárquicas, mas há também casos, nas eleições locais, em que, independentemente dos governos a força local dos candidatos autárquicos é mais relevante do que a imagem do governo.

Neste Distrito, quando muito, se alguns eleitores ou algumas classes de eleitores não estiverem satisfeitos com esta ou aquela medida do Governo, tenderão a abster-se nas eleições autárquicas, dando nota de que não estão de acordo com o seu partido, neste caso o PSD, que está no Governo, mas também não dão o seu voto a outro.

Nas últimas eleições legislativas o PSD ganhou em todos os concelhos deste Distrito, mas um resultado semelhante não vai decerto ocorrer nas próximas eleições autárquicas. Vão registar-se mais abstenções, as quais representarão, no entender desses abstencionistas, a sua insatisfação pelo facto de não ter sido dada a solução a alguns problemas locais da forma que eles desejariam.

Claro que se torna muito difícil, impossível até, resolver todos os problemas de todos os concelhos, e, ainda mais, resolvê-los de acordo com os desejos de cada um dos eleitores.

Assim, neste Distrito, é possível que alguns desses descontentes venham a abster-se nas próximas eleições autárquicas.

Mas, pela nossa parte, tudo faremos para evitar que o número de abstenções aumente, para conseguir a melhor votação possível.

Nós, os sociais-democratas, somos efectivamente os protagonistas do grande desenvolvimento que se vem a verificar não só no nosso Distrito, mas também em todo o País

dessa forma e temo-lo conseguindo.

«P.L.» — Ainda quanto à implantação do PSD, considera que das próximas eleições autárquicas resultará um reforço das posições do nosso Partido neste distrito?

J.J.A.P. — É sempre um problema falar sobre isso. Contudo, tendo em vista o trabalho que está a ser desenvolvido nas autarquias pelos sociais-democratas e a forma humana como encaram e resolvem os problemas que enfrentam, a competência que

reflexo positivo nas próximas eleições autárquicas.

Os candidatos social-democratas às eleições dão como referência o PSD, partido que apresenta aos portugueses um balanço positivo da sua governação, e essa referência evidentemente que vai beneficiar cada um deles, fazendo-os receber a sua quota de divendos de uma boa acção governativa.

Contudo, ainda que isso seja um facto, não pode ser tomado inteiramente como regra geral, visto verificarem-se condicionantes. Há casos e há

Povo Livre

Sai às quartas-feiras
PROPRIEDADE
PSD — Partido Social Democrata

Director: DUARTE LIMA

Redacção e Serviços Administrativos (Assinaturas)
Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX
Telef. 60 21 40

Depósito legal n.º 1970/83

Composição e Impressão:
Mirandela & C.ª (Irmão), Lda.
Tv. Condessa do Rio, 7-9 — 1200 LISBOA

Distribuição:
VASP - Soc. Transporte de Distribuições, Lda.
R. Joaquim António de Aguiar, 43-1.º Esq.
1000 LISBOA

Chile: a negação de Pinochet

A PESAR de derrotado no plebiscito de 5 de Outubro, o genial Pinochet e os seus aliados não parecem dispostos a abandonar o Poder nem tão pouco em afrouxarem as rédeas do regime. Este facto poderá levar ao agudizar do confronto com a oposição, o que marcará a evolução política no Chile durante os próximos meses.

Após o plebiscito em que a maioria dos chilenos manifestou o seu «No» a Pinochet, a oposição ao regime tem alertado para a necessidade do general vir a abandonar a presidência de forma a que seja possível uma transição pacífica para a democracia.

De acordo com a Constituição aprovada em 1980, a partir de Março, Pinochet continuará à frente do destino do país por mais um ano, devendo, em 11 de Dezembro de

1990, convocar eleições presidenciais. No entanto, apesar de o general e o seu Governo terem declarado, após o plebiscito, reconhecer a vontade popular, pouco tempo depois vieram contestar a legitimidade do acto em que foi expressa a vontade maioritária à não continuação de Pinochet no Poder por mais oito anos.

Existem, assim, fortes pressões para que seja alterada a constituição e, segundo a oposição, o regime do general ao fazer aprovar o actual texto nunca colocou a hipótese de vir a perder no plebiscito.

Por outro lado, figuras ligadas ao executivo tem vindo, publicamente, a defender a continuação do general no poder. O ministro do Interior, sr. Sérgio Fernandez, afirmou que o apoio dado a Pinochet pelos seus apoiantes o tinha colocado numa posição vitoriosa e que o sensual era, ine-



Chile: apreensões quanto ao futuro

gavelmente, a pessoa com maior força política e apoio popular do país.

O próprio Pinochet, na sua primeira alocução após o referendo, deixou bem claro que continuará a usar o poder como o tem feito e que não negociará com as forças da oposição quaisquer reformas políticas nem tão pouco uma antecipação do fim das suas funções.

Apesar de tudo, o ambiente em Santiago do Chile continua tenso. A euforia da vitória do «No a Pinochet» deu, agora, lugar à apreensão quanto ao futuro político do país. Após um período de contenção por parte das forças militares e policiais e mesmo apesar dos apelos da oposição para que não se fizessem manifestações, milhares de pessoas desceram às ruas e o uso da repressão política já provocou mais mortes no país.

Checoslováquia: Miklos Jakes consolida linha dura

Um afastamento da linha reformista da «Perestroika» e de Mikhail Gorbachev é como é entendida a profunda remodelação operada no Governo checoslovaco, a maior dos últimos vinte anos

O secretário-geral do Partido Comunista Checoslovaco, Miklos Jakes, um dos líderes políticos da Europa do Leste que mais se tem demarcado das reformas de Gorbachev, saiu reforçado após remodelação operada, recentemente, nas cúp-

las do partido e do Governo da Checoslováquia.

A não receptividade de Miklos Jakes à «Perestroika» tem sido um facto bem evidente e esta remodelação é entendida como um reforço da linha dura. A principal substituição foi a do Primeiro-Mi-

nistro, Lubomir Strougel, que chefiava o Governo de Praga há já 18 anos e que viu, agora, o seu cargo coupado por Ladislav Adamec, o responsável pelo Executivo da República Checa. Strougel, com 64 anos de idade, era tido como o grande impulsor da linha reformista e as suas divergências com as cúpulas do PC checo eram bem conhecidas.

Na sequência da demissão do primeiro-ministro, todo o Governo apresentou, também, a sua demissão e o novo Executivo formado inclui dez novos membros, inclusive nas pastas do Interior e dos Negócios estrangeiros. paralela-

mente, também cinco novos nomes ascenderam ao Politburo do partido.

O afastamento de Lubomir Strougel não constituiu grande surpresa. Desde que Miklos Jakes substituiu, em Dezembro do ano passado, Gustav Husak na liderança do partido e começou a colocar os seus homens em posição de relevo, a queda de Strougel era dada como provável. Particularmente, a partir da altura em que as divergências entre o primeiro-ministro e a nova liderança do partido se tornaram mais que evidentes, esta queda foi dada como inevitável.

Embora pertencendo ao núcleo de elementos encarregues da «normalização» da situação na Checoslováquia após a Primavera de Praga de 1968, Strougel mostrara-se um partidário das reformas lançadas por Mikhail Gorbachev, enquanto Miklos Jakes, embora aderisse publicamente à ideia, estava longe de a pôr em prática.

Lubomir acabou por ver marcado um ponto final na sua carreira política, pelo menos por agora — e recorde-se que Strougel que era tido como o delfim de Gustav Husak, acabou por ser ultrapassado por Jakes na corrida

para a sua sucessão e às mãos de uma linha que teme em apostar, decisivamente, numa abertura política e económica do País, talvez receosa de uma nova Primavera de Praga.

Ladislav Adamec, o novo chefe do Governo, não se identifica, totalmente, com os elementos mais ortodoxos do partido. Segundo algumas opiniões, ele está mesmo mais perto das teses de abertura defendidas pelo seu antecessor, mas fazendo-o de uma forma mais cautelosa. Apesar de tudo, a política da Checoslováquia vai continuar a ser ditada por Miklos Jakes e pela sua linha dura de orientação.

Comissão Pró-Busto a Sá Carneiro em Vila Nova de Gaia

O Partido Social Democrata em Vila Nova de Gaia, decidiu homenagear de forma singela, mas digna, o seu fundador, líder, grande político e estadista português que foi Francisco de Sá Carneiro e, para tal, mandou fazer um busto da sua figura, que será descerrado na cidade de Gaia, na artéria que tem o seu nome, em frente à Sede Concelhia do Partido, no próximo dia 4 de Dezembro, data do 8.º aniversário da sua morte.

Foi criada uma Comissão Pró-Busto a Francisco de Sá Carneiro na cidade de Vila Nova de Gaia, constituída pelos seguintes companheiros social democratas:

- Presidente — Manuel Moreira;
- Milton Reis;
- Oliveira e Silva;
- Francisco Maia;
- Canela Moura;
- Manuel Couto;
- Ivone Cruz.

Esta Comissão vai desencadear, de imediato, uma Campanha de angariação de fundos, na cidade e no Concelho de Vila Nova de Gaia, com vista à construção do Busto de Francisco de Sá Carneiro, esperando-se desde já, uma boa receptividade dos social democratas e dos gaienses em geral.

A Comissão Pró-Busto a Francisco Sá Carneiro abriu uma conta bancária no Banco Pinto & Sotto Maior, em Vila Nova de Gaia, com o número 036970 podendo os interessados em contribuir para o efeito, depositar directamente nesta conta.

África e defesa dominaram visita de Cavaco Silva a Marrocos

(Continuação da 1.ª página)

Azzedine Laraki, após o encontro com Hassan II, Cavaco Silva voltou a referir-se à questão africana, considerando que esta, conjuntamente com a Defesa, tinham sido os dois pontos em destaque na análise das grandes linhas estratégicas entre Portugal e Marrocos que tinha feito com o soberano do Magreb.

Segundo Cavaco Silva, a preparação do acordo bilateral de Defesa a ser assinado entre Portugal e Marrocos deverá ser aprofundada durante a visita que, em breve, o general Lemos Ferreira fará àquele país. O acordo deverá abranger as áreas da formação de quadros, utilização dos aeroportos nacionais por aviões militares marroquinos e cooperação na área industrial vocacionada para a Defesa.

Este acordo foi considerado muito importante pelas autoridades Portuguesas e, conforme o Primeiro-Ministro já tinha deixado bem claro, se Portugal se interessa tanto pela situação na África Austral, também há-de preocupar-se em colaborar, na área da Defesa, com o país que tem a sua capital mais perto de Lisboa e representa o ponto de maior importância geoestratégica do Norte de África — a entrada no Mediterrâneo. Uma questão levantada pe-

las autoridades de Rabat foi a possibilidade de toda a cooperação militar, incluindo os exercícios aeronavais, vir a ser estendida à Espanha, no quadro de uma cooperação triangular, atitude que surpreendeu as autoridades portuguesas. Marrocos tem privilegiado, neste domínio, as suas relações com Portugal, em grande parte devido ao contencioso existente com Madrid. No entanto, fontes oficiais portuguesas consideraram que esta questão não deve ter avanços significativos e que se explica pelo facto de visita de Cavaco Silva a Marrocos ocorrer poucos dias antes da realização da próxima cimeira luso-espanhola.

Cooperação Económica

Em relação à cooperação económica entre os dois países, o Primeiro-Ministro deixou bem claro que Portugal não poderá avançar com as linhas de crédito necessárias para a penetração de algumas empresas em diversos mercados, como é o caso de Marrocos. Cavaco Silva destacou que Lisboa não tem uma capacidade análoga à de Madrid neste campo, para apoiar as empresas nacionais no exterior.

No entanto, o chefe do Executivo afirmou que há que olhar com especial atenção e «acarinhar» os negócios que se vierem a desenvolver entre empresários portugueses e marroquinos, no quadro de «uma forte vontade política que agora foi reafirmada por esta visita».

Neste sentido, Cavaco Silva referiu que este apoio poderá ser concretizado através de uma instituição vocacionada para a concessão de crédito bonificado, a criar em breve, a qual poderá ser uma instituição bancária, e que resultará da reformulação dos serviços do Instituto do Comércio Externo Português e do Instituto de Investimento Estrangeiro, o qual vai ser extinto.

Ainda no que respeita à cooperação, mas já no âmbito da comissão luso-marroquina, a visita de Cavaco Silva permitiu a assinatura de mais três acordos, um sobre Comunicação Social, um sobre transportes terrestres e um terceiro que respeita à repressão ao tráfico de droga.

Convergência sobre África

África foi uma das grandes questões abordadas entre Ca-

vaco Silva e o rei Hassan II. A este respeito o Primeiro-Ministro considerou que, para além do melhoramento das relações a todos os níveis entre os dois países, em relação à África foi obtida uma grande convergência de pontos de vista entre os dois Governos.

Do lado marroquino, o Primeiro-Ministro, Azzedine Laraki, considerou que o seu país, na sequência das boas relações que estabeleceu com Angola e, também, dos laços que, desde há muito tempo, mantém com o movimento de Jonas Savimbi, tudo fará para ajudar a reconciliação nacional em território angolano.

Ainda em relação ao continente africano, o Governo português deixou bem expresso que, para além de Marrocos, os seus interesses e preocupações se alargam a outros países norte-africanos, caso da Argélia e do Egipto.

Neste sentido é entendida a visita que o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, vai efectuar, brevemente, ao primeiro daqueles países. Apesar das reticências do Governo português em relação a esta deslocação, devido aos incidentes que, recentemente, se deram em Argel, tem sido o próprio governo argelino a insistir na concretização imediata desses contactos.

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 380 • 26 DE OUTUBRO DE 1988

COORDENADOR

PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS

MANUEL DUARTE

PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 724

NESTA EDIÇÃO

- VIII CONGRESSO NACIONAL DA JSD
- OS JOVENS INSERIDOS NA COMUNIDADE EUROPEIA
- NOVOS ORGÃOS LOCAIS

editorial

OITAVA VEZ

No próximo fim-de-semana, na Península de Tróia, a JSD vai reunir-se pela oitava vez em Congresso Nacional.

Como de todas as outras vezes, esta reunião será também uma ocasião de festa, de encontro de velhos amigos juntos na mesma caminhada.

Na reunião do próximo fim-de-semana a ocasião terá de ser de confronto de ideias, de projectos, de condução da actuação da organização nos próximos dois anos, mais do que a discussão fulanizada, tanto em voga nas organizações políticas.

Não quer isto dizer que as pessoas que dão corpo a um projecto não sejam essenciais: são-no como executoras de um projecto político, de uma ideia de JSD. Só nesta medida é que poderá haver confronto, aliás salutar.

O Congresso terá de ser a manifestação de uma organização política de juventude madura e consciente da sua postura social, do seu papel perante os Jovens Portugueses, da sua intervenção crítica no poder e na vida partidária. O

Congresso não pode ser a feira de vaidades onde talvez alguns gostassem de poder exhibir dotes de recém-aprendizes, de equilibristas ou videntes de parque, fingindo terem na manga soluções mágicas, amadurecidas em longo período de retiro político. O Congresso não pode ser o palco para o espectáculo daqueles que só de dois em dois anos (na altura do Congresso) se lembram de que são militantes da JSD.

Este congresso — o nosso Congresso — terá de ser a demonstração clara de que sabemos o caminho a seguir, de que estamos dispostos a dar a cara à luta, de que não rejeitamos um desafio. Terá, por isso, de ser um Congresso de coragem, de denúncia do que vai menos bem na sociedade, no Partido, de lucidez na análise e na propositura de soluções, de verdade e transparência na opção a tomar.

Nunca fomos de meias-tintas! Também não o seremos agora — estou certo.

Dizem as lendas que os marinheiros tapavam os ouvidos para não ficarem enfeitiçados pelo canto das sereias.

Ouçamos nós as sereias mas estejamos prevenidos e não tergivermos no objectivo.

PEDRO GOMES

NA HORA DA DESPEDIDA...



A JSD transformou-se, porque o País se modificou, porque a Juventude é diferente, porque a própria organização amadureceu e evoluiu acompanhando a evolução social, política e económica do País (...) A renovação da Jota é um facto. A geração de combate e construção de uma organização maior vai saindo por limite de idade, para dar lugar a outros tão capazes como os anteriores, apenas com outras formas de resolução dos problemas.

Por **ANTÓNIO RODRIGUES**

A JSD aproxima-se de passos largos da realização de mais um Congresso Nacional, o oitavo da sua já longa História. Tal constitui um forte motivo para que a Comunicação Social faça constantes referências à JOTA, o que não é de admirar se tivermos presentes que ao longo da última década, continuamos a ser considerados a maior Organização Política de Juventude.

Tarefa difícil esta, de manter continuamente a JOTA no «top», quando somos poder há tanto tempo e intervimos em tantas áreas, o que levou à preparação de quadros em número suficiente para atender a todas as solicitações.

A JSD de hoje é substan-

cialmente diferente da que existia há 6 anos atrás e inequivocamente melhor organizada. Num rápido relance sobre o passado é fácil constatar essa diferença entre uma estrutura que há 14 anos titubeiava os primeiros os primeiros passos, cheia de gente inexperiente, com boa vontade, mas que amadoristicamente fazia política e que ao longo destes anos foi crescendo e solidificando os seus substractos humano e ideológico, ao ponto de se afirmar que a JSD dispõe de autonomia de decisão completa, com linhas programáticas próprias (sem renegar a Social Democracia evidentemente, nem contrariar o programa do PSD).

A JSD transformou-se, porque o País se modificou, porque a Juventude é diferente, porque a própria organização amadureceu e evoluiu acompanhando a evolução, política e económica do país.

Com eficácia, mantendo a nossa identidade, tivemos maleabilidade necessária às transformações sociais e a capacidade de criando a sua autonomia, fortalecendo-nos e passando a ser considerados com uma organização viva e dinâmica, com capacidade de produção de pensamento e dotados de iniciativa e intervenção própria.

Porém, ao aproximar-se um novo Congresso importa mais falar de futuro que de passado. Porque a

JOTA se renova, porque assim com as necessidades e vontades das gerações vão sendo diferentes, diferentes há-de ser aqueles que têm por missão interpretar essas vontades.

Os desafios que se colocam à JOTA não são distintos na matéria, daqueles que se têm colocado até hoje. Apenas diferem na forma. Mas há que atender às novas vontades quando os objectivos estão suficientes e capazes de dar corpo à vontade dos jovens Portugueses.

A renovação da JOTA é um facto. A geração de combate e construção de uma organização maior vai saindo por limites de idade, para dar lugar a outros tão

Continua na página 10

VIII CONGRESSO DA JSD

• Um Congresso com história

J. C. BARREIROS DUARTE

Hoje em dia a Social Democracia não é tanto uma via para o socialismo pois que tal se constituiria num estádio inatingível para qualquer sociedade humana e por outro lado, estaria longe de constituir um caminho linear marcado por fases sucessivas.

Mais que que uma via para a Social Democracia é um monumento originado pelos valores que lhe são intrínsecos e dos quais se destacam o reformismo (quando se quer reforma) e a justiça social.

Muito concretamente, o P. S. D. é a favor da nacionalização dos sectores básicos da Economia, porque o reformismo impunha uma maior intervenção.

Para o aprofundamento da Social Democracia há

que promover o debate, traçam parâmetros de discussão, sintonizar e apercebermo-nos dos vários âmbitos, em que na actividade o debate Político-Eideológico se movimentam.

Como diz, Maximine Cerey será que acreditamos que «tudo deve ser reduzido a um saber preciso e objectivo e que os homens podem viver sem um sonho abstracto sem ideologia e sem metafísica ou seja sem um pensamento que paire acima do terra-a-terra, do quotidiano e do obscuro de todos os dias? Os homens serão ideológicos enquanto pensarem.»

Em Portugal o P. S. D. tem um papel fundamental no aprofundamento do debate ideológico numa dupla perspectiva de forma-

ção e actualização do espaço ideológico em que se situa.

E por maioria de razão, tem a Juventude Social Democrata uma responsabilidade acrescida nesse campo.

É sabido que as organizações de Juventude dos partidos têm um papel fundamental na defenição da vertente ideológica.

Isto é assim, fundamentalmente por duas ordens de razões, por um lado são as organizações de Juventude que têm encarado com particular caminho o desafio do relançamento e da renovação face os desafios do futuro.

Mas é necessário revestirmo-nos de uma consciência e mesmo de uma autocritica particularmente sensível.

Temos de ter consciência de que o panorama político sofreu alterações sensíveis.

Como diz Shirley Williams, há que reconhecer que a opinião pública se inclina para o repúdio de alguns valores tradicionais da Social Democracia, a intervenção governamental na economia, a defesa pública elevada, o estado providência, o sector público substancial. Segundo Shirley Williams que reformulou parte dos nossos valores

Continua na página 10

destaque

PARA OS JOVENS «YES À

peração entre as universidades e reconhecimento de diplomas;

□ o intercâmbio de jovens: programa de intercâmbio de jovens trabalhadores e programa «Yes à Europa».

Para cada um destes programas apresentados neste dossier, indicaremos as experiências em que se apoiam, os objectivos e as principais linhas de acção.

O programa Comett

Comett não é um programa espacial! São apenas as iniciais de Programme of the Community in Education and Training for Technologies. Este programa comunitário de educação e de formação em matéria de tecnologias deverá estimular, à escala europeia, a cooperação entre universidades e empresas.

Comett é a concretização de uma tomada de consciência: a Comunidade Europeia compreendeu a urgência e a importância de reencontrar um melhoramento da sua base tecnológica para ter uma nova força concorrencial. A Europa empenhou-se resolutamente na via da investigação científica e técnica⁽²⁾, mas isso não basta. Este importante esforço deve ser acompanhado de uma vigorosa política de investimento no desenvolvimento dos

recursos humanos da Comunidade. O rápido progresso das novas tecnologias necessita de jovens e adultos com uma melhor formação e preparados para fazerem face às mutações que conhecerão no decorrer da sua carreira. O «savoir-faire», a capacidade de adaptação, espírito de empresa são qualidades cada vez mais procuradas. Sem elas, a Comunidade seria incapaz de permanecer competitiva, de estimular o crescimento e de criar novas possibilidades de emprego. Infelizmente, as universidades não fornecem, em quantidade e qualidade suficiente, os recursos humanos de alto nível (engenheiros, técnicos superiores, etc) que reclamam as novas tecnologias e as empresas que as utilizam.

Este défice é particularmente espantoso quando comparamos a situação da Comunidade com a dos seus concorrentes mais sérios, os Estados Unidos e o Japão.

Inquéritos recentes demonstram que, numa série de domínios, a insuficiência de pessoal altamente qualificado é actualmente considerada como um problema ainda mais grave do que a falta de créditos necessários para o financiamento de custos de desenvolvimento ou de produção.

Nestes últimos anos, vários Estados-membros tomaram medidas para combinar um ensino interdisciplinar com

uma experiência profissional. Imaginaram-se assim diferentes formas de cooperação: «parques tecnológicos», gabinetes de «casamento» universidade-indústria, etc. No entanto, a maior parte destas experiências dizem essencialmente respeito à inovação, bem como à investigação e ao desenvolvimento.

As suas consequências na formação e na reciclagem são apenas indirectas. Por outro lado, o programa comunitário de investigação Esprit, consagrado às tecnologias de informação, abriu a via a uma cooperação tecnológica europeia entre universidades e empresas. Era necessário fornecer um compromisso similar no domínio da formação avançada. O programa Comett responde a esta necessidade. Os seus objectivos são os seguintes:

□ favorecer uma sinergia entre o mundo académico e o das empresas;

□ promover uma identidade europeia graças a estágios em empresas de outros países membros;

□ encorajar as economias de escala através da organização conjunta de novos programas de formação;

□ melhorar a formação inicial dos estudantes e a formação do pessoal qualificado e quadros dirigentes;

□ desenvolver o nível de formação em resposta às mo-

dificações tecnológicas e às mutações sociais;

□ reforçar e diversificar a oferta de formação a nível local, regional e nacional;

□ utilizar as possibilidades que oferecem as novas tecnologias de informação e da comunicação.

O programa Comett foi aprovado pelo Conselho de Ministros da Comunidade a 24 de Julho de 1986, lançado desde Janeiro de 1987, após um ano de preparação, a sua primeira fase operacional estende-se por um período de três anos, de 1987 a 1989, e dispõe de um orçamento inicialmente fixado em 45 milhões de ECUs (3), mas pretende-se uma reavaliação em finais de 1988. Esta primeira fase é centrada em cinco domínios de acção, que são objecto de concursos para projectos:

□ financiamento de estágios, que permitirão a estudantes trabalhar em empresas de outros países membros, e bolsas que favorecerão os intercâmbios transnacionais de pessoal entre as universidades e as empresas;

□ realização de projectos transnacionais de formação contínua, levados a cabo conjuntamente por universidades e empresas;

□ intercâmbio de informações e de experiências e difusão das práticas mais inovadoras.

COMETT, Erasmus, «Yes à Europa»: três termos ainda bastante misteriosos para quem não está directamente ligado à política europeia da educação e da juventude. É certo que estes programas são novos e que, na sua primeira fase, abrangem «grosso modo» os anos 1987 a 1990. No decorrer, deste período, serão dezenas de milhares de estudantes e de jovens em geral que estarão interessados nestas acções.

Hoje em dia, a Comunidade fixou novos objectivos. Em primeiro plano, figura a realização plena de um grande mercado interno sem fronteiras até 1992. Nesta perspectiva, a valorização dos recursos humanos é mais indispensável do que nunca. A educação e a formação dos jovens, que viverão e farão viver a Europa de amanhã, devem a partir de agora desempenhar um lugar determinante na cooperação comunitária. Uma nova etapa está a ser iniciada graças aos programas Comett, Erasmus e «Yes à Europa», que deverão contribuir para uma retomada do crescimento e consequentemente de empregos, e para a construção de uma Europa dos cidadãos.

Dos 320 milhões de habitantes da Comunidade, 70 milhões são estudantes e universitários e cerca de 5 milhões professores. Se acrescentarmos os pais podemos calcular que um em cada dois europeus é visado pelos problemas da educação. Apesar desta importância numérica, a política da educação é uma das mais recentemente criadas pela Comunidade Europeia. Inexistente durante os primeiros anos do «mercado comum» (1958-1972), só veio a conhecer um certo desenvolvimento a partir de 1973. No entanto, desde 1985, teve um novo impulso, no âmbito de uma Comunidade que se preocupa cada vez mais com a realização da Europa dos cidadãos. Um número anterior a esta publicação descreveu as grandes linhas da política comunitária em matéria de educação⁽¹⁾. Apenas citaremos algumas etapas:

□ 1973: é criada uma direcção da educação no seio dos serviços da Comissão Europeia;

□ 1976: o Conselho de Ministros adopta um primeiro programa de acção;

□ 1980: Eurydice, a rede de informação sobre as diferentes políticas de educação dos países da Comunidade Europeia, torna-se operacional;

□ 1985: a Comissão Europeia apresenta as suas primeiras propostas para os programas Comett e Erasmus, seguidas em 1986 por uma proposta relativa ao programa «Yes à Europa».

A implementação de uma política europeia da educação revelou-se extremamente complexa. Com efeito, cada Estado-membro é caracterizado por sistemas, estruturas e métodos que lhe são próprios. Respeitando a riqueza que constitui esta diversidade, a Comunidade esforça-se por favorecer convergências. É evidente que não se pode propor a mesma pedagogia a uma criança escocesa e a uma criança siciliana. Mas ambas deverão acabar os seus estudos com uma «bagagem» da mesma qualidade, na perspectiva da realização do mercado único em 1992.

Portanto, a Comunidade Europeia tem-se esforçado em orientar a sua acção nos seguintes domínios:

□ a correspondência entre os sistemas educativos: rede Eurydice, bolsas para visitas de estudo, formação de professores;

□ o ensino de línguas estrangeiras;

□ a igualdade de oportunidades entre rapazes e raparigas, para os filhos dos trabalhadores migrantes, para os deficientes, bem como a luta contra o analfabetismo e contra o insucesso escolar;

□ a introdução de novas tecnologias da informação (NTI) nos sistemas escolares;

□ a cooperação entre as universidades e as empresas no domínio da formação em novas tecnologias (programa Comett);

□ a mobilidade de estudantes: programa Erasmus, coo-



destaque

ENS: COMETT, ERASMOS, EUROPA»

Em 1987, ano do seu lançamento, o programa Comett permitiu à Comunidade financiar 108 associações universidade-empresas para a formação, 1067 estágios transnacionais de estudantes nas empresas, 73 bolsas transnacionais de formação para quadros industriais e universitários, 136 projectos transnacionais de formação contínua e 62 iniciativas multilaterais visando desenvolver sistemas de formação «multimédias».

Gerido pela Comissão Europeia, assistido por um comité especializado composto por representantes dos Estados-membros, o programa Comett integra-se noutras acções levadas a cabo pela Comuni-

dade nos domínios da educação e da formação, da investigação e do desenvolvimento, e da cooperação tecnológica; trata-se nomeadamente dos programas Esprit, Brite, Race e Sprint, bem como do plano de estímulo à cooperação e ao intercâmbio científico. Será assegurada uma estreita colaboração com o programa de investigação e desenvolvimento Delta, consagrado à utilização das novas tecnologias no ensino.

Está prevista uma segunda fase do programa para 1990-1992. Esta nova etapa deverá consolidar, intensificar e adaptar as acções iniciadas, tendo em conta a experiência adquirida.

O reforço da cooperação

universidades-empresas reduzirá os obstáculos com que se deparam a inovação e a aplicação das novas tecnologias. A dimensão europeia contribui para a formação com o elemento indispensável para favorecer o crescimento industrial e tecnológico de uma Europa solidária. Assim, o programa Comett participa directamente na realização do grande mercado interno previsto para 1992.

O programa Erasmus

Ao adoptar Erasmus, programa destinado a favorecer a mobilidade dos estudantes, a Comunidade Europeia pôs a pedra angular da construção

da Europa dos cidadãos.

Erasmus (European Community Action Scheme for the Mobility of University Students) diz respeito a 3600 estabelecimentos de ensino superior a cerca de seis milhões de estudantes. Dá a possibilidade a alguns deles de efectuarem uma parte dos seus estudos numa universidade de outro país membro.

No seio de uma comunidade cada vez mais interdependente, é mais do que nunca necessário formar cidadãos não só competentes noutra língua que não a sua, mas também capazes de comunicar e de cooperar com parceiros de outros países graças a um melhor conhecimento das estruturas económicas e sociais dos

seus vizinhos.

Além disso, num mundo cada vez mais competitivo, é vital termos em conta a necessidade de uma cooperação efectiva com parceiros europeus. Encorajar este espírito nos estudantes é uma das melhores de assegurar que as gerações futuras de responsáveis considerarão as alianças com empresas de outros países da Comunidade como uma linha de acção natural e positiva, em vez de as ver como uma potencial fonte de riscos e de perigos.

Paradoxalmente, hoje em dia, os estudantes europeus são relativamente menos móveis do que há cinco séculos atrás, no tempo de Erasmo. Actualmente, a proporção de estudantes inscritos numa universidade de outro país membro está longe de atingir 1%! É portanto urgente reatar uma velha tradição ao promover os intercâmbios de estudantes e a cooperação entre as universidades europeias.

Erasmus sucede às numerosas experiências levadas a cabo na fase-piloto de cooperação universitária lançada em 1976. Deste período, salientaremos os «programas comuns de estudo», que atingiram resultados notáveis, mas cujo impacto quantitativo foi muito limitado devido aos seis fracassos orçamentais. O pro-

grama Erasmus tem como objectivos:

□ aumentar consideravelmente o número de estudantes que efectuem um período de estudos integrado noutra país da Comunidade para que a Europa disponha de quadros com uma experiência directa da vida económica e social de outros países membros;

□ a promoção de uma vasta e intensiva cooperação entre as universidades dos países membros da Comunidade;

□ a valorização do potencial intelectual das universidades graças à maior mobilidade dos estudantes e do pessoal docente;

□ o reforço das relações entre os cidadãos dos diferentes países membros a fim de consolidar o conceito de uma Europa dos cidadãos.

Adoptado a 15 de Junho de 1987, após uma longa e difícil negociação, o programa Erasmus recebeu uma dotação modesta de 85 milhões de ECUs para os três primeiros anos (de Julho de 1987 a Junho de 1990). Este montante reparte-se da seguinte forma: 10 milhões para o primeiro ano, 30 milhões para o segundo e 45 milhões para o terceiro. No decorrer deste terceiro ano, a parte da dotação destinada às bolsas de mobilidade para estudantes representará o dobro

Continua na página 10

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

AMADORA

Em, 08/OUT/88, realizou-se uma Assembleia Ordinária, com o ponto 2 da Ordem de trabalhos por Eleições dos seguintes Órgãos.

— Eleição da Comissão Política
— Eleição de Conselheiros Distritais
— Eleição de Delegados ao Congresso)
Tendo por resultados sido eleitos para:

DELEGADOS AO CONGRESSO

Marco Alves
Carlos Silva

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente da Mesa — Ezequiel R. Andrade
Vice-presidente — José Manuel S. Rocha
Secretário — Maria de Jesus Rebolo

Nota. sendo os outros Órgãos a eleger no dia 05/NOV/88.

BURACA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD fundou-se no dia 5 de Outubro de 1988 o Núcleo Residencial da Buraca, tendo sido eleita a seguinte Comissão de Núcleo:

Presidente — Carlos Reis
Vice-presidente — Ana Catarina Silva
Vogais — Carlos Alves, Carlos Parro, Inês Silva, João Miguel Gaspar, José António Manteigas, Jorge Caçador, Miguel Paulo Gabriel, Nuno Carreiro e Pedro Manuel

CASTELO BRANCO

— ÓRGÃOS DISTRITAIS

Mesa do Conselho Distrital
Presidente — António Joaquim Duarte Carvalho
Vice-presidente — Maria Ester Robalo Ramos
Secretário — João José Simões

COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL

Presidente — Nuno Miguel Almeida Santos
Vice-presidente — Vasco Pina Cabral
Vice-presidente — José Carlos Beato Ferreira
Secretário — Analbela Pinto da Rocha
Vogais — Maria Margarida Ribeiro Martins
Vogais — Maria Francisco Martins Grácio
Vogais — Jorge Domingos Caneas
Vogais — José Luís António Levita
Vogais — Pedro Miguel Pinto da Rocha
Vogais — Nuno Miguel Pombo Costa
Vogais — Luís Vasco Mesquita

CASTELO BRANCO

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente — José Carlos Beato Ferreira
Vice-presidente — Nuno Miguel Pombo Costa
Secretário — António José Machado Broune
Vogais — Eduardo Miguel Marçal Grilo

Vogais — José Miguel Raposo Galvão
Fernando Boga
Pedro Miguel Frade Brito

CONSELHEIROS DISTRITAIS

Eduardo Miguel Marçal Brito
António Tavares
António José Broune
Pedro Brito
Luís Filipe Fernandes
Emília Pina
Miguel Águas
João Paulo
Rui Vaz

COVILHÃ

Tendo sido eleita em Assembleia Geral realizada a 5/10/88 a nova comissão política concelhia da J.S.D. solicita a vossa Excelência que se digne a publicar no órgão de comunicação social que dirige a constituição da nova comissão política J.S.D.-Covilhã;

Presidente — Isabel Maria Brito Carrilho
Vice-presidente — Luís Vasco Tejada Mesquita Nunes
Secretária — Maria Belém Puebla Simões
Tesoureiro — Rui Miguel Castelo Branco Bom Jesus
Vogais — Fernando Lopes Marques, João Nuno Santos Silva Serra Duarte e Jorge Manuel Hormigo Paulo Rato

MESA DE ASSEMBLEIA:

Presidente — Rui Miguel Castelo Branco Bom Jesus
Vice-presidente — João Nuno Santos Silva Serra Duarte
Secretária — Maria Belém Puebla Simões

OVAR

MESA DO PLENÁRIO DE SECÇÃO

Presidente — Jaime Gomes Milhomens

Vice-presidente — José Henrique Dias Paula

Secretário — Fernando Manuel Silva Borges

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente — Álvaro Manuel Reis Santos
Vice-presidente — Luís Armando Barbosa Correia

Vice-presidente — António Sérgio Matias Guedes Costa
Vice-presidente — Carlos António dos Santos Pinto

Tesoureiro — António Manuel Moreira Pinho

Secretário — José Manuel Tavares

Vogais — Mónica Pinho Bonifácio, João Manuel Pinho Caseiro e Maria Isabel Regalado Tavares

DELEGADOS AO CONSELHO DISTRITAL

— José Rodrigues Pinto, Ermelinda Maria Rodrigues Monteiro, José Manuel Tavares, Alexandre José Oliveira Reis Silva, Henrique Manuel Dias Paula, Carlos António dos Santos Pinto, António Sérgio Matias Guedes Costa, José Rui Resende Sebe, Susana Maria Pinho Bonifácio, João Manuel Pinho Caseiro, António Manuel Moreira Pinho e José Arménio Valente Oliveira.



LISBOA — CONSELHO DISTRITAL

Convoco o Conselho Distrital de Lisboa da JSP, extraordinário, para o próximo dia 9 de Novembro pelas 21.30 no Hotel Roma, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Congresso da JSD
- 3 — Eleição da Mesa do Conselho Distrital
- 4 — Eleição do Conselho Jurisdição Distrital
- 5 — Assembleia Distrital do PSD
- 6 — Análise Situação Política Nacional.

O Presidente da Mesa do Conselho Distrital,
Jorge Paulo Roque Cunha

AMADORA

Convocam-se todos os militantes da JSD, da Amadora, para uma Assembleia Extraordinária a realizar no dia 05/Nov/88, pelas 16h30.

Tendo por ordem de trabalhos a repetição do Acto Eleitoral respectivo à Eleição de:

Comissão Política
Conselheiros Distritais.

Sendo postas a sufrágio as listas «A» e «B».

O Presidente do Plenário
Ezequiel R. Andrade



destaque

NA HORA DA DESPEDIDA...

Continuação da página 7

capazes como os anteriores, apenas com outras formas de resolução dos problemas.

Creio, no entanto, que as tarefas da JSD para o futuro não vão ser fáceis. Se até agora muitos dos quadros foram forjados no combate político diário das escolas secundárias, das universidades das autarquias, das acções de formação, ou noutros locais, importa daqui para a frente, apostar definitivamente e fundamentalmente na formação dos nossos quadros,

proporcionando-lhes a bagagem teórica e a preparação prática para continuar a intervir activamente na política?

Hoje, como ontem, o grande desafio interno é o recrutamento e apetrechamento dos novos quadros. Para além disso, é necessário continuar a acentuar o componente ideológico da JSD, fomentando o debate e o surgimento de novas ideias. Atenda-se igualmente na crescente internacionalização da JSD e no papel liderante que pode desempenhar no quadro das relações internacionais,

com especial incidência nos países comunitários e nos de expressão portuguesa.

O próximo mandato dos órgãos nacionais vai ficar marcado ainda pela realidade política. Em 89 realizam-se as eleições para o Parlamento Europeu e para as Autarquias Locais, onde urge continuar a preparar os nossos quadros para as funções que aí podem desempenhar, com particular atenção quanto ao Poder Local, onde funcionam o maior número de quadros políticos da «JOTA».

A qualidade da forma-

ção será, no entanto, mais determinante que a quantidade das acções de formação. Apostar em acções organizadas num projecto mais vasto é mais útil que as simples acções de «show-off» que não deixam grandes resultados.

De qualquer modo, os dados para o Congresso estão lançados, certamente que a esta hora as linhas estratégicas estarão pensadas e os futuros intérpretes já alinhados.

A mim resta-me, na hora da despedida desejar-lhes boa sorte.

VIII CONGRESSO DA JSD

Continuação da página 7

com a noção exacta dos fracassos de algumas teses tanto a nível técnico como prático.

Este deve ser o desafio e o objectivo dos anos 90, e sendo importante vencer temos a coragem de promover o debate, dialogando mas com sinceridade.

Mas não devemos querer apenas isso, desejamos aprofundá-lo, fazendo-o participativo e produtivo.

Creemos que existe um bom senso em todos os congressistas, onde podemos debater ideias, chegar

a conclusões, as quais serão muito importantes para o futuro da J. S. D. dos anos 90.

A J. S. D. como Organização Nacional de Juventude, tem de fazer viver as suas bases, deve dar uma esperança verdadeira, e não uma esperança artificial, e muitas vezes falsa.

Neste congresso é preciso dar o salto para a rejuvenescência desta J. S. D.

Espero que neste congresso se acredite e se faça a aposta; aposta que terá como objectivo os anos 90.

E o futuro da J. S. D..

OS JOVENS E A EUROPA.

Continuação da página 9

da reservada às outras acções. O orçamento global é certamente modesto em relação à proposta inicial da Comissão (175 milhões de ECUs), mas trata-se de um programa permanente e a repartição da dotação encontra-se em fase ascendente, o que é de bom augúrio para depois de 1990.

Foi a Comissão Europeia que se encarregou de implementar este programa. É assistida por um comité consultivo composto por dois representantes de cada Estado-membro, pertencendo pelo menos uma ao meio universitário. As bolsas de mobilidade são geridas pelos próprios Estados-membros, com vista a descentralizar e a simplificar a realização do programa.

Para estimular a mobilidade dos estudantes, foram adoptadas quatro linhas de acção:

□ O lançamento de uma rede europeia de cooperação universitária: as universidades participantes concluem acordos de intercâmbio de estudantes e de professores; estabelecem em conjunto programas didáticos comuns. A Comunidade Europeia concede auxílios anuais médios de 10 000 ECUs (podendo atingir um máximo de 25 000 ECUs) para cada instituição participante.

□ A concessão de bolsas aos estudantes que prosseguem um período de estudos de, pelo menos, um trimestre noutro país membro. Para se ter direito a estas bolsas, é necessário que o período de estudos feito no estrangeiro se

situe após o primeiro ano de ensino superior e que seja plenamente reconhecido pela universidade de origem. Com um montante anual médio de 2 000 ECUs (com um máximo de 5 000 ECUs), a bolsa cobre as despesas resultantes da mobilidade (despesas de viagem, diferença do custo de vida, preparação linguística, etc.). Além disso, o bolseiro Erasmus beneficia das seguintes vantagens:

- a universidade que o acolhe não lhe exige o pagamento de propinas, continuando o bolseiro, se for caso disso, a pagá-las na universidade do seu país de origem;
- o bolseiro Erasmus que já recebe uma bolsa de subsistência no seu país de origem continua a beneficiar desta durante o período de estudos feito na universidade que o acolhe.

□ A promoção do reconhecimento académico dos diplomas e dos períodos de estudo passados no estrangeiro. Entre outras medidas previstas, citamos:

- o desenvolvimento de um sistema europeu de unidades capitalizáveis: um grupo de universidades participa num projecto-piloto com vista a implementar um sistema de créditos de cursos transferíveis em toda a Comunidade (ECTS);

- a continuação do desenvolvimento da rede comunitária dos centros nacionais de informação sobre o reconhecimento académico dos diplomas e dos períodos de estudos (Naric).

□ Medidas complementares: apoio às associações universitárias; organizações de cursos intensivos; financiamento de publicações (Guia do Estudante, etc.); entrega anual de um prémio Erasmus.

Em 1987, o primeiro ano da sua existência, o programa Erasmus permitiu financiar 398 programas de cooperação interuniversitárias implicando mais de 850 instituições de ensino superior, 1 138 visitas de estudo para professores e 3 000 bolsas de mobilidade a favor de estudantes que participaram no programa. Entre 1987 e 1990, pelo menos 25 000 estudantes europeus beneficiarão do programa Erasmus e cerca de 1 700 instituições de ensino superior (ou seja quase uma em cada duas!) receberão um auxílio financeiro que lhes permitirá elaborar programas de intercâmbio. Portanto, o programa Erasmus dirige-se directamente ao cidadão europeu.

«Yes à Europa»

Depois de Comett e Erasmus, dirigidos aos estudantes do ensino superior, eis um programa que também deverá estar aberto a todos os jovens europeus. O seu nome é «Yes (Youth Exchange Scheme) à Europa» (ainda que alguns proponham «Juventude para a Europa»). Este projecto muito ambicioso, que continua a ser discutido pelos ministros, deverá estimular largamente os intercâmbios de jovens em toda a Comunidade Europeia.

Os jovens de hoje serão e farão a Europa de amanhã. Tendo em conta esta evidência, a Comunidade não deve hesitar em investir na sua juventude, dando-lhe nomeadamente a oportunidade de se encontrar. Com efeito, no contexto dos esforços actuais para encorajar a consciência e a solidariedade europeias e para criar uma Europa dos cidadãos, o intercâmbio de jovens desempenha um papel determinante. Além disso, estes intercâmbios estão directamente

ligados aos objectivos económicos, sociais e culturais da Comunidade, quer se trate da supressão de obstáculos à livre circulação das pessoas ou da preparação dos jovens para a vida activa. Estes intercâmbios no seio da Comunidade Europeia permitem aos jovens:

- familiarizarem-se com a vida sócio-económica e cultural de outros países membros;
- aprenderem a comunicar com pessoas de culturas diferentes;
- tomarem consciência de interesses que partilhem com jovens de outros países;
- aperceberem-se melhor da identidade europeia, reforçando-a ao mesmo tempo.

Desde os primeiros anos de existência da Comunidade, os responsáveis europeus tomaram consciência da importância dos intercâmbios de jovens para o futuro da Europa. Desde 1963, o programa tem-se desenvolvido: actualmente 3 000 jovens trabalhadores tendo entre 18 e 28 anos podem, todos os anos, obter bolsas para fazerem um estágio profissional noutro país da Comunidade. Este programa, associado inicialmente ao princípio da livre circulação de trabalhadores, visava antes de mais vencer a reticência natural dos jovens em se afastarem do seu meio. Depois, seguiram-se outros objectivos: melhoramento da formação profissional, desenvolvimento da personalidade dos participantes, incentivo aos contactos pessoais além-fronteiras, formação nas realidades europeias, etc.

Este programa de intercâmbio de jovens trabalhadores insere-se em numerosas iniciativas comunitárias a favor dos jovens:

- projectos-piloto destinados a facilitar a transição entre a escola e a vida activa;
- acções visando melhorar e modernizar a formação profissional;
- intervenções do Fundo Social Europeu, que consagra três quartos do seu orçamento à formação profissional e au-

xílios à contratação de jovens com menos de 25 anos.

No plano de intercâmbios, ainda teria que ser dado um grande passo para que os jovens de todos os países membros e de todas as regiões pudessem contactar outros jovens da Comunidade, quer através do acolhimento, quer através de visitas. «Yes à Europa» deverá realizar esta nova etapa. Sendo um programa com uma duração inicial de três anos (1988-1990), será dotado de um orçamento de 30 milhões de ECUs e permitirá a 80 000 jovens entre 15 e 25 anos efectuarem uma estada de, pelo menos, uma semana noutro país membro, preparada de forma a que possam aperceber-se da realidade económica, social e cultural do país visitado. Os objectivos do programa são múltiplos:

- aumentar sensivelmente o número de intercâmbios de jovens em toda a Comunidade;
- reequilibrar os intercâmbios em benefício das zonas desfavorecidas;
- melhorar a qualidade dos intercâmbios através de uma melhor preparação;
- limitar os obstáculos financeiros e suprimir os obstáculos jurídicos e administrativos que frequentemente provocam entraves na organização dos intercâmbios;
- estruturar os laços associativos permanentes entre jovens ou grupos de jovens de diferentes países membros.

Prevê-se que 80% da dotação do programa será consagrada ao financiamento directo do intercâmbio de jovens. Geridos por órgãos competentes designados por cada Estado-membro, os intercâmbios subsidiados prioritariamente devem:

- reunir jovens de diferentes meios sociais, económicos e culturais;
- dizer respeito a regiões da Comunidade entre as quais os intercâmbios de jovens são pouco desenvolvidos;
- sensibilizar os jovens para a dimensão europeia;

□ para os intercâmbios de longa duração, são prioritários os contactos multilaterais destinados a preparar ou realizar um projecto de interesse comunitário. Os Estados deverão garantir que os jovens que participam nestes intercâmbios não perderão os seus direitos sociais.

O programa prevê também:

- o financiamento do intercâmbio de jovens preparado por organizações não governamentais europeias ou no âmbito de programas de formação profissional;
- um apoio às actividades promocionais das agências de coordenação dos intercâmbios;
- uma série de medidas complementares, tais como o desenvolvimento da cooperação entre as agências de coordenação, a organização de intercâmbios de informações e de experiências, a preparação de uma documentação europeia, a eliminação dos obstáculos jurídicos e administrativos às deslocações.

O programa «Yes à Europa» deverá constituir o quadro necessário para dar uma nova dimensão ao intercâmbio de jovens através de toda a Comunidade Europeia. Deverá dar «sangue novo» a todas as acções comunitárias a favor dos jovens e completar as medidas já tomadas nos domínios da educação, da formação profissional e do emprego. Num período de desemprego massivo de jovens, a credibilidade da Comunidade, em relação a um grande número deles, dependerá não só da maneira como tentar resolver os seus problemas económicos e sociais imediatos, mas também do empenhamento que mostrar favor dos jovens como cidadãos da Europa.

(*) «A Comunidade Europeia e a educação», O Dossier da Europa, n.º 1/85.
(*) Ver «Investigação e desenvolvimento tecnológico para a Europa», O Dossier da Europa, n.º 19/87.
(*) 1 ECU (unidade monetária europeia) = cerca de 168,745 escudos com base no câmbio em vigor a 22.1.1988. NOTA: in «O Dossier da Europa» n.º 7/88, Ed. da Comissão das Comunidades Europeias.

FESTA DA JSD EM ANADIA

A JSD de Anadia tem o prazer de convidar todos os militantes e simpatizantes para participarem na festa da JSD que se realizará no dia 4 de Novembro pelas 22h30 no Conjunto Turístico Quinta dos 3 Pinheiros.

P.I.B. vai crescer ao ritmo de 4 por cento até 1992

(Continuação da 1.ª página)

«contra o desperdício, o desleixo, a delapidação, o não-te-rais, o supérfluo» avisando que «à mesa do Orçamento somos pelo rigor, pela disciplina financeira, pela qualidade do serviço público e pela economia dos dinheiros públicos».

Isto, de forma a que «a economia portuguesa não sofra de excessos de expansão», defende a proposta de lei do OE/89. Por outro lado, salienta que «não é fácil conseguir o compromisso entre uma estratégia de redução do défice orçamental e a necessidade de modernizar o País, apoiar o crescimento e absorver os fundos da CEE que requerem participações nacionais».

Baseada nestas «balizas» e defendendo a expansão da economia portuguesa ao ritmo de mais 4 por cento reais do PIB até 1992, a equipa do Ministério das

um crescimento acentuado em 1989, passando de 478,7 milhões para 582,5 milhões de contos (mais 21,7 por cento).

No quadro II poderão ser analisadas, de um modo global, a totalidade das receitas orçamentadas para o próximo ano, comparativamente a 1988 e repare-se, particularmente, que o défice global deverá diminuir de 8,4 para 7,8 pontos percentuais do PIB, com possibilidades de descer para 7,5 %, conforme já foi referido.

Relativamente às receitas, diga-se desde já que o OE/89 prevê cerca de 466,9 milhões de contos provenientes de impostos directos e cerca de 971,7 milhões de contos de impostos indirectos, o que totaliza cerca de 1.438 milhões de contos, um pouco mais do que o apresentado no quadro III.

Por outro lado, o Governo estima que em 1989

cento para a Cultura e mais 30 por cento para o gabinete do Ministro da Juventude. As transferências para os Açores e a Madeira ascendem a 13,5 milhões de contos.

Para o Ministério da Defesa Nacional está previsto um orçamento que cresce cerca de 8,5 por cento, relativamente a 1988. Em rela-

Educação, o montante global das despesas é de 305,6 milhões de contos (incluindo cerca de 2 milhões para o leite escolar orçamentado no Ministério das Finanças) dos quais 75 por cento diz respeito a encargos com o pessoal.

O Ministério da Saúde, com um orçamento de 258 milhões, inclui a transfe-

QUADRO II

DESPESES POR GRANDES FUNÇÕES (*)

Aplicações	OE88 (Milhões de contos)	OE89 (Milhões de contos)	Δ	
			Milhões de contos	%
I. Funções de Soberania	531,8	608,6	+76,8	+14,4
1. Defesa e Segurança	147,5	162,3	+14,8	+10,0
2. Serviços Gerais da Administração	384,3	446,3	+62,0	+16,1
II. Função Social do Estado	608,9	729,0	+120,1	+19,7
1. Educação	259,7	303,8	+44,1	+17,0
2. Saúde	222,2	258,0	+35,8	+16,1
3. Segurança Social	106,9	115,6	+8,7	+8,1
4. Habitação e outros serviços colectivos e sociais	20,1	51,6	+31,5	+156,7
III. Função Económica do Estado	206,3	213,5	+7,2	+3,5
1. Transferências	89,8	104,5	+14,7	+16,4
2. Subsídios	42,9	43,6	+0,7	+1,6
3. Activos financeiros e investimentos	41,5	27,9	-13,6	-32,8
4. Outros	32,1	37,5	+5,4	+16,8
IV. Juros da Dívida Pública	478,7	582,5	+103,8	+21,7
TOTAL	1825,7	2133,6	+307,9	+16,9

(*) Não incluindo as amortizações da dívida

QUADRO I

OS GRANDES NÚMEROS DO OE89
(Milhões de contos)

. Receitas	1599,5	
. Despesas (sem juros)	1504 a 1521	(*)
. Saldo "primário"	+78,5 a +95,5	(*)
	[+1,2% a +1,5% do PIB]	
. Juros	582,5	
. Déficit global	-487 a -504	(*)
	[-7,5% a -7,8% do PIB]	

(*) Em função de cláusula de "Regulação Conjuntural" (Art.º 55 da Proposta de Lei do OE89).

Finanças elaborou um orçamento cujas principais rubricas de despesas são as que publicamos no quadro II.

Repare-se que a «Função Social do Estado» é aquela que regista o maior crescimento percentual (mais 19,7 por cento). Repare-se nesse capítulo que as fatias atribuídas à Educação beneficiam de um aumento de 44,1 milhões de contos (atingindo agora quase 304 milhões de contos) e a Saúde recebe mais 35,8 milhões de contos relativamente ao orçamentado para 1988 (totalizando, em 1989, 258 milhões de contos). Outro destaque, na mesma «função» vai para as despesas com a habitação e outros serviços colectivos e sociais que beneficiam de um crescimento percentual de 156,7 por cento, passando de 20,1 milhões de contos em 1988 para 51,6 milhões em 1989 (mais 31,5 milhões).

Os juros da dívida pública vão igualmente ter

o saldo positivo dos fluxos financeiros entre Portugal e a CEE deverá ascender a cerca de 105 milhões de contos, conforme se pode analisar no quadro IV. Esta estimativa, no entanto, é provisória dado que o processo orçamental na Comunidade apenas ficará concluído no próximo mês de Dezembro.

As Dotações dos Ministérios

O Orçamento do Estado para 1989 relativamente aos Ministérios apresenta acréscimos diversos, conforme se adivinha.

Assim, o departamento «Encargos gerais da Nação», que engloba o sector da Cultura, o gabinete do Ministro Adjunto e da Juventude, o Conselho de Ministros e ainda as transferências para as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores vê acrescida a despesa orçamentada da maneira seguinte: mais 7 por

ção ao Ministério da Administração Interna, as dotações totalizam 55,1 milhões de contos, sem contar com 4,7 milhões de contos destinados a pensões de reserva do pessoal da GNR e da PSP.

As dotações para o Ministério da Justiça elevam-se a 19,6 milhões de contos, a que acrescem mais 25 milhões do orçamento global das receitas dos cofres geridos pelo Gabinete de Gestão Financeira. Ao Ministério dos Negócios Estrangeiros coube um aumento de 13,9 por cento, ou seja mais 2,3 milhões de contos.

As despesas do Ministério do Planeamento e Administração do Território totalizam 142,5 milhões de contos, dos quais se destacam as transferências para as autarquias locais de 108 milhões de contos (mais 17 por cento do que em 1988).

Em relação ao Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação, o montante global das despesas está cifrado em 40 milhões de contos, excluindo as contas de ordem. No mesmo sentido, o Ministério da Indústria e Energia terá um montante global da despesa de cerca de 17,8 milhões de contos, dos quais 13,1 milhões são referentes ao PIDDAC.

Para o Ministério da

rência para o Serviço Nacional de Saúde de cerca de 227,5 milhões de contos.

Relativamente ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, o valor total da despesa ascende a 72,6 milhões dos quais 58 milhões são despesas do PIDDAC. O Ministério do Comércio e Turismo terá dotações que ultrapassam os 10 milhões de contos, representando as transferências para o Instituto do Comércio Externo de Portugal, Instituto Nacional de Formação Turística e Instituto de Promoção Turística mais de 50 por cento daquele valor.

O orçamento do Ministério das Finanças representa 52,2 por cento do total da despesa orçamentada no OE/89. O seu acréscimo total, em relação ao ano anterior, é de mais 216,3 milhões de contos, dos quais 154,2 milhões de contos se destinam a encargos com a dívida pública.

Em relação aos investimentos do Plano (PIDDAC), o orçamento para 1989 ascende a 171,3 milhões de contos, destinando-se 153 milhões a despesas de capital e 18,3 milhões a despesas correntes. A dotação para o PIDDAC 89 representa um acréscimo de 32 por cento relativamente à dotação equiva-

QUADRO III

PRINCIPAIS INDICADORES DO OE-89

(em milhões de contos e em %)	OE-88	OE-89	EM %
RECEITAS FISCAIS (*)	1202,6	1426,6	18,63%
(em % do PIB)	21,4%	22,2%	
RECEITAS TOTAIS	1354,9	1599,5	18,05%
(em % do PIB)	24,1%	24,8%	
DESPESAS SEM PIDDAC E SEM JUROS	1202,3	1349,7	12,26%
(em % do PIB)	21,4%	21,0%	
DESPESAS SEM JUROS	1349,4	1521	12,72%
(em % do PIB)	24,0%	23,6%	
SALDO "PRIMÁRIO"	15,5	78,5	
(em % do PIB)	0,1%	1,2%	
JUROS	478,7	582,5	22,19%
(em % do PIB)	8,5%	9,0%	
DESPESAS TOTAIS	1826,1	2103,5	15,19%
(em % do PIB)	32,5%	32,7%	
DÉFICE GLOBAL	-471,2	-504,0	
(em % do PIB)	-8,4%	-7,8%	
PRIORIDADES :			
-> EDUCACAO	264,8	310,7	17,33%
(em % do PIB)	4,7%	4,8%	
-> SAUDE	224,4	258,0	16,13%
(em % do PIB)	4,0%	4,0%	
-> PIDDAC (**)	147,1	171,3	16,45%
(em % do PIB)	2,6%	2,7%	

nota: para 1988 utilizou-se o PIB previsto na altura da elaboração do OE-88.

(*) Em 1988 e 1989 incluem o imposto profissional dos titulares de cargos públicos; em 1989 não inclui o imposto complementar dos funcionários públicos.

(**) Em 1988 o PIDDAC está corrigido pela dotação concorrencial

lente para 1988. Tal facto resume a posição governamental de apoio inequívoco ao desenvolvimento das infraestruturas, com destaque para as rodoviárias, os equipamentos educativos e de saúde, as ferroviárias e as portuárias.

Refira-se ainda que os

Por outro lado, englobam ainda as intervenções regionais, incluindo pela primeira vez as operações integradas de desenvolvimento, que estão contempladas com 11 milhões de contos, representando 6,5 por cento da dotação global.

QUADRO IV

Fluxos financeiros entre Portugal e a C.E.E.
(Milhões de contos)

	1987	1988 Estimativa	1989 Previsão
Transferências de CEE para Portugal			
FEOGA-Garantia	23,6	25,8	30,0
FEOGA-Orientação	5,0	17,0	25,0
Fundo Regional (FEDER)	37,6	45,0	53,0
Fundo Social Europeu	28,4	30,5	47,0
PEDIP	-	6,0	14,0
Outras acções	0,2	0,9	1,0
SOMA	94,8	125,2	170,0
Transferências de Portugal para a CEE	32,9	41,4	64,9
SALDO	61,9	83,8	105,1

investimentos do Plano suportam ainda o apoio ao sector privado produtivo, nos sectores agrícola e industrial, que deverão beneficiar com 30 milhões de contos.

Em 1989, os reembolsos do FEDER, que constituem receita do Orçamento do Estado, deverão rondar os 29 milhões de contos, segundo as previsões governamentais.

LEITOR AMIGO

**DÁ-NOS AS TUAS
SUGESTÕES
E CRÍTICAS
ESCREVE-NOS**

A força do futebol não justifica a violência

A força do futebol não há-de ser tanta que possa, de qualquer forma, explicar o que se passou recentemente em Famalicão.

O futebol é desporto, o desporto é inimigo da violência, os desportistas são, por definição, homens pacíficos, ordeiros e respeitadores, afirmou o deputado social-democrata Montalvão Machado, no Parlamento, a propósito dos graves acontecimentos registados naquela cidade minhota na noite de 14 para 15 do corrente em que dois membros do Governo, o vice-primeiro ministro e o se-

cretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros foram alvo de enxovalhados de toda a ordem, de sérias ameaças, sequestro até e viram uma das suas viaturas selvaticamente apedrejada. Houve tiros e houve feridos, ao que parece e felizmente sem gravidade.

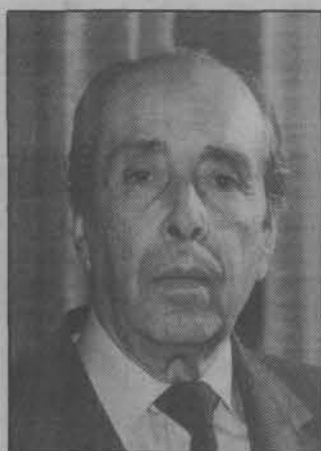
A autoria de tudo isto, disse Montalvão Machado, coube a um grupo de vândalos sem respeito, sem educação e sem

lei que, sem razão alguma, actuaram por forma altamente reprovável. Fizera o que se deixa dito, apedrejaram e danificaram seriamente a sede do Partido Social Democrata onde aqueles membros do Governo e seus militantes se encontravam numa reunião política.

Supunha eu que isto já não era possível no estado actual da nossa democracia mas, infelizmente, foi-o. E se mais não houve, tal se ficou a dever à coragem e à sensatez do sr. eng. Eurico de Melo, que não hesitou em vir para junto daqueles vândalos procurando chamá-los à razão e buscando a paz e a serenidade.

O facto, pela gravidade que patenteia, não pode passar sem uma palavra da mais viva reprovção, mais que isso, sem o devido castigo daqueles que vier a apurar-se terem sido os autores desses distúrbios.

Essa reprovção não deriva



MONTALVÃO MACHADO: o respeito pelas liberdades e direitos do cidadão

dos ofendidos serem membros e dirigentes do meu partido. Aqui a deixaria ficar com o mesmo vigor e com a mesma palavra e com a mesma indignação, fossem quem tivessem sido os visados.

Há quem se esqueça ainda,

pelos vistos, e por aquilo que se vê, de uma das mais básicas regras da democracia: o respeito pelas liberdades, direitos e garantias de todos os cidadãos, sejam eles governantes, sejam dirigentes partidários, sejam simples bases de qualquer partido político. Aqui fica, pois, a nossa reprovção e a nossa indignação.

A maioria esmagadora da população de Vila Nova de Famalicão — terra, aliás, de nobres tradições políticas e sociais — não merecia que alguns dos seus habitantes a tivessem emporcalhado desta maneira. Estou certo de que esses serão os primeiros a lamentar o que se passou. O facto não pode repetir-se, não podemos permitir que uma reunião político-partidária seja interrompida da maneira como e por que o foi, não podemos admitir que membros do Governo e dirigentes partidários sejam enxovalhados, in-

juriados, ameaçados e agredidos. O facto não pode proliferar e nós, representantes do povo português, temos de denunciá-lo seja qual for a sua origem.

E tudo, diz-se, por causa do futebol. Eu também gosto de futebol, também tenho um grupo desportivo da minha simpatia, mas respeito tudo e respeito todos e não quero convencer-me de que a força do futebol seja tanta que possa, de qualquer forma, explicar o que se passou, nem justificar. O futebol é desporto, o desporto é inimigo da violência, os desportistas são por definição homens pacíficos, ordeiros e respeitadores. Só o não são os desordeiros, os amadores ou profissionais mais conhecidos por vadios.

Contra estes aqui fica a nossa reprovção e a nossa afirmação de que não devem nem podem, jamais, contar connosco.

NÚMEROS & PALAVRAS

★ 132 foram os votos com que o prof. Vitor Crespo foi eleito Presidente da Assembleia da República para os três últimos anos da V Legislatura. Votaram 230 dos 250 deputados em efectividade de funções. Na mesma ocasião foi eleita vice-presidente a deputada social-democrata Manuela Aguiar, tendo recolhido 155 votos a seu favor. Os deputados do PSD Reinaldo Gomes e Daniel Bastos foram eleitos, também na primeira volta, secretários da mesa, por 177 e 166 votos respectivamente. João Salgado, PSD, foi igualmente eleito, no primeiro escrutínio, vice-secretário.

★ O partido da maioria tem tendência para considerar que o presidente do Parlamento favorece a minoria, a oposição a que favorece a maioria. Cada um puxa a brasa à sua sardinha. Mas o papel do presidente não é o de favorecer esta ou aquela, é antes o papel de moderador na procura de consensos e na normalização dos trabalhos. — *Vitor Crespo aos jornalistas depois da sua eleição para presidente da Assembleia da República.*

★ 10 milhões de contos é quanto boa parte dos caçadores portugueses deixam em Espanha por falta de condições para caçarem em Portugal. Seria bom que pelo menos uma parte dessas divisas ficasse no País. — *Álvaro Amaro, secretário de Estado da Agricultura.*

★ O PSD da Madeira obteve uma votação francamente acima dos 60 por cento e não há alternativa visível. Nos Açores, o principal partido da oposição não ganhou, ao longo de 12 anos, mais que 2 por cento do eleitorado. — *Mendes Bota.*

★ 136.350 contos é o montante da comparticipação da Administração Central em investimentos de equipamento religioso (igrejas e outras instalações paroquiais) em 1987, só na região de Lisboa e Vale do Tejo. Em 1986 aquela comparticipação foi de 103.791 contos para 21 obras. Em 1980 a comparticipação tinha sido de 2211 para 3 obras. Na Região Centro a comparticipação foi de 307.320 contos entre 1980 e 1987, para 91 obras. Entre 1974 e 1977 fora de 21.796 contos para 37 obras. — *Resposta dos ministérios dos Planeamento e Administração do Território e das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a um requerimento dos deputados social-democratas Daniel Bastos, Reinaldo Gomes e Roleira Marinho.*

★ Há juristas que teimam em manter-se ancorados nos tempos dos navios à vela quando não se destrinchava entre o contrato de transporte marítimo de mercadorias e o contrato de fretamento. — *Mário Raposo.*

Portugal: entreposto histórico entre a Europa e o Continente Africano

É preciso que o interesse nacional seja salvaguardado e que a política

geral de um País, como o nosso, que é um entreposto histórico entre a Europa e o continente africano, se cumpra na sua preconizável plenitude, afirmou o deputado social-democrata Mário Raposo a propósito do debate da proposta de resolução que aprova o Acordo de Transporte Marítimo entre a República Portuguesa e a República do Zaire.

Mário Raposo lembrou que as relações comerciais de carácter internacional, quanto ao transporte de mercadorias, se processam fundamentalmente por via marítima.

A legislação portuguesa pelo que respeita ao direito marítimo interno é das mais perfeitas e funcionais. Entretanto foi ultimamente publicada legislação que significativamente veio remover a penosa e pesada carga burocrática que os navios tinham que embarcar logo desde o registo iniciador. As dificuldades que antes surgiam levavam, quantas e quantas vezes, os arma-

dores portugueses a procurar bandeiras de acolhimento que viabilizassem a sua actividade e que não a tenazizassem com complexidades e artimanhas públicas e privadas por completo desnecessárias — e quase sempre censuráveis.

Os horizontes surgem agora mais límpidos e desanuviados. Acontece no entanto que o transporte marítimo tem uma clara vocação internacionalista. Importa, pois, criar dispositivos de cooperação multilateral ou bilateral que a incrementem e façam frutificar.

Este acordo é um feliz exemplo dessa política de abertura de que relevam alguns pontos. O primeiro tem a ver com a actuação concertada das organizações de carregadores dos dois países, contrabalançando o poderio quase hegemónico das conferências de armadores que controlam o mercado de fretes e o sistema de exploração do tráfico marítimo. O Código de Conduta das Conferências Marítimas, adoptado em 1974 e introduzido no ordenamento comunitário em 1979 e entrado em vigor em 1983, não



MÁRIO RAPOSO: horizontes mais limpos e desanuviados

veio corrigir por completo o tradicional desequilíbrio entre o poder negocial dos armadores e o dos carregadores.

Daí que às conferências de armadores, disse Mário Raposo, se devam continuar a contrapor as organizações de carregadores, numa concertação tendencialmente bilateral,

como agora se prevê. A história do Direito Marítimo é uma continuada expressão desses dois tipos de interesses antagónicos.

É ainda de salientar, concluiu o deputado social-democrata, o relevo que no Acordo agora em apreço se confere às infra-estruturas portuárias, sabido como é que não há marinha mercante viável sem portos operacionais, modernos e bem equipados. Tratar-se-á de um dos maiores desafios que se proporão aos países que não queiram desperdiçar uma significativa parcela dos ganhos que advirão das suas recíprocas relações comerciais.

São as operações de carga e de descarga um nuclear factor da rentabilidade da actividade marítima; o que se ganha em rapidez da navegação, na contentorização das mercadorias e na redução das taxas de frete perder-se-á, ingloriamente, se os portos se atravancarem, pela insuficiência dos seus meios de actuação ou pela complexificação inoperante das formalidades aduaneiras e sanitárias.

LEIA
E
DIVULGUE
**POVO
LIVRE**



PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Povo livre
ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Rua de São Caetano à Lapa, 9 • 1296 LISBOA CODEX • Telef. 60 21 40

BOLETIM DE ASSINATURA

NOME: _____

MORADA: _____

COD. POSTAL: _____

LOCALIDADE: _____

ASSINATURA: NOVA ☐

RENOVAÇÃO ☐

SEMESTRAL ☐

ANUAL ☐

Junto envio cheque nº _____

Segue vale de correio nº _____

Junto numerário no valor de _____

(Assinatura)

A Revisão Constitucional será a reforma das reformas

O nosso texto constitucional poderá ficar definitivamente marcado pelo predomínio do princípio democrático em detrimento do princípio marxista.

CONSIDERA o PSD que o ponto mais alto da sessão legislativa que ora se inicia terá a sua expressão culminante na Revisão Constitucional, afirmou o deputado Duarte Lima na primeira declaração política do grupo parlamentar social-democrata na abertura dos trabalhos da segunda sessão legislativa da V Legislatura. A Revisão Constitucional, sublinhou, será a reforma das reformas. Ela representará, no âmbito da estruturação do nosso regime democrático, uma mudança tão significativa como aquela que no âmbito da governação foi introduzida pelas chamadas «reformas estruturais».

Duarte Lima salientou de seguida a importância que o PSD atribui ao acordo político relativo à Revisão Constitucional celebrado com o Partido Socialista e subscrito pelo prof. Cavaco Silva e pelo dr. Vitor Constâncio.

Tal acordo, disse aquele líder parlamentar social-democrata, que teve como base o profundo debate que se tem realizado.

Na Comissão da Revisão Constitucional, honra sem dúvida os seus subscritores, que sem procederem a contabilizações mesquinhas de ganhos e perdas conseguiram encontrar pontos de equilíbrio e de convergência que permitirão ultrapassar alguns dos entraves mais arcaicos do sistema político-constitucional português. O PSD considera que seria muito útil que as conclusões desse acordo pudessem ser acolhidas no âmbito da comissão de Revisão Constitucional e a margem de consenso já alcançada alargada aos partidos que compõem o «arco constitucional».

Se tal vier a suceder, pensamos que será dado um passo significativo para a modernização política do País, já que o nosso texto constitucional poderá ficar definitivamente marcado, em sede de interpretação sistemática, pelo predomínio do princípio democrático, em detrimento do princípio marxista.

Como salientou do dr. Rui Machete em alguns dos seus trabalhos, grande parte da carga conflitual do nosso texto constitucional resultava da grande dificuldade, ou quase impossibilidade, de conciliar os dois princípios.

Fazer desaparecer do nosso texto constitucional o princípio marxista é, em termos de regime, uma revolução copernicana, já que isso vem aproximar decisivamente a nossa lei fundamental das constituições dos países de tradição liberal da Europa ocidental.

Dirão os mais queixosos e insatisfeitos que este não é o acordo ideal.

Diremos nós que é o acordo possível e, atentas as circunstâncias, um bom acordo. Nestas coisas do governo dos homens, nunca há soluções perfeitas, nem soluções definitivas, a democracia, no dizer do Robert Mac Iver, «é uma

forma de governo que jamais está inteiramente acabada».

Não queremos, como pretendiam alguns constituintes em 1976, uma lei eterna, sublinhou Duarte Lima. Queremos uma lei constitucional que sirva os interesses do País tal como razoavelmente os podemos conceber no contexto histórico em que vivemos.

O acordo ora subscrito vem, por outro lado tornar mais evidentes os elementos de aproximação e de diferenciação entre a oposição democrática e a maioria que apoia o Governo: vem demonstrar que é possível formar grandes consensos nas questões atinentes à estrutura do regime democrático, sendo simultaneamente possível que a separação das águas se faça nas questões relativas à governação.

Fica mais claro que não tem consistência séria a ideia um pouco peregrina que quase fez escola nalguns partidos da oposição, e que fazia desesperadamente apelo a que o Governo, em todas as questões, decidisse por forma consensual, introduzido sempre nas suas iniciativas legislativas pontos fundamentais dos programas governativos de outros partidos.

Há que não confundir as coisas.

É no campo das questões atinentes à governação que devem ficar sempre claras as alternativas políticas, entre os que estão a favor e os que estão contra, entre os que concordam e os que discordam.

Duarte Lima tocou, depois num ponto nevrálgico da vida democrática que consiste no relacionamento posicional das maiorias e das minorias.

Detestamos o unanimismo, disse, porque ele ofusca as possibilidades de alternância e fere mortalmente os regimes democráticos. Quando pretendemos que fique bem clara a fronteira que, em termos de programa governativo, nos separa da oposição democrática, e em particular dos que se prefiguram como alternativa, achamos que estamos a prestar um serviço à democracia.

Por isso não é de estranhar que mais uma vez aqui afirmemos que o PSD se manterá, como até aqui, aberto ao diálogo, mas que não deixará de utilizar a maioria que o povo soberano lhe concedeu para continuar a cumprir, rigorosa e democraticamente, o seu programa.

Não que absolutizemos o valor da maioria, que fique claro que não consideramos que existe um direito inerente à Maioria, como tal. Uma maioria é superior num só aspecto: o respectivo número. Mas numa sociedade democrática em paz consigo própria, que atingiu a maturidade de estabelecer grandes consensos sobre os princípios da organização e funcionamento do poder político, na qual se normalizaram as transferências periódicas do poder, de um para o outro lado, as maiorias são o instrumento que o soberano



DUARTE LIMA: é possível formar grandes consensos

coloca nas mãos dos seus representantes para executar a sua vontade. O uso desleixado ou ineficaz de uma maioria seria tão condenável como o uso sistematicamente obstrucionista, negativista e paralisante das minorias.

Por isso, se alguma coisa podemos prometer no início desta sessão legislativa, é que continuaremos a ser fiéis ao mandato que os portugueses nos concederam, e que, um espírito de diálogo e no respeito dos direitos da oposição, constituiremos a fazer bom uso da maioria que o povo nos concedeu.

O próximo ano será marcante e positivo na vida dos portugueses

O deputado Duarte Lima começou a sua declaração política cumprimentando a mesa na pessoa do Presidente da Assembleia da República, prof. Vitor Crespo, formulando sinceros votos de sucesso na condução dos trabalhos. Estamos certos, disse, que a isenção, a elevação e a eficácia que forma apanágio da mesa na condução da sessão legislativa passada serão uma constante ao longo do próximo mandato. Foi o reconhecimento dessas qualidades que fez com que o grupo parlamentar do PSD tenha decidido apresentar de novo o nome do deputado Vitor Crespo como seu candidato à presidência da mesa da Assembleia da República para o próximo triénio.

Quero igualmente cumprimentar, sem excepção, acrescentou Duarte Lima, todos os nossos ilustres pares que tomam assento nas bancadas da oposição. Para V. Exas. igualmente desejamos um bom ano de trabalho, e fazemos votos para que se mantenha este ano o salutar confronto dialéctico que se viveu na última sessão legislativa, enriquecedor a muitos títulos, e que permitiu que a Assembleia da República aprovasse, no espaço de 10 meses, um conjunto ímpar, em quantidade e qualidade, de reformas legislativas, que marcarão por certo a nossa História parlamentar.

Na abertura dos trabalhos parlamentares, o PSD quer salientar a existência de alguns

factores de optimismo relativamente ao futuro que se avizinha, e considerar mesmo que o próximo ano será um ano marcante e positivo na vida dos portugueses.

Aprovadas as grandes reformas estruturais que faziam parte do programa governativo do PSD, possui o Governo os instrumentos que lhe permitem assumir como tarefas prioritárias o desenvolvimento económico e social, a modernização dos sectores produtivo e da administração pública, a redução do peso do Estado na Economia, a disciplina financeira, a generalização do acesso à Educação, a valorização profissional dos portugueses e a construção de adequadas estruturas de comunicações e transportes.

Portugal irá entrar no seu quarto ano consecutivo de crescimento económico, de progresso e de melhoria do bem-estar das famílias. É isso que está consubstanciado na proposta de lei do OE para 1989, de que ontem o Governo fez entrega na Assembleia da República, mais uma vez no escrupuloso respeito pelos prazos constitucionais. Este foi um dos compromissos mais importantes que o PSD assumiu em 19 de Julho, e é para nós grato verificar que ele está a ser cumprido.

Portugal tem agora na sua frente um desafio decisivo, que exige a mobilização de todas as suas instituições e da sociedade civil, que é o da pela integração e a construção do grande Mercado Único em 1993.

EM 1986, tomámos uma opção muito clara pelo modelo de democracia política representativa, bem como por um sistema económico e social assente na livre iniciativa do indivíduo, e no predomínio dos mecanismos de mercado.

O desafio em 1992 consiste em levarmos até ao fim o caminho então iniciado e cumprir o objectivo de transformar Portugal numa nação desenvolvida. Considerando nós que o desafio de 1992 deve traduzir-se numa força mobilizadora de modernização do País, parece-nos útil que a breve prazo o Parlamento possa a este respeito organizar um debate que permita gerar um consenso nacional tão vasto quanto possível sobre os grandes objectivos que devemos prosseguir.

BREVES

REFORMA EDUCATIVA — A reforma educativa quer-se feita de uma maneira tranquila, democrática; feita em liberdade, para os portugueses. As reformas educativas duradouras e estáveis são transformações culturais que ocorrem dentro de uma geração ou mais. Temos que vencer e convencer pela liberdade, lutando contra o obscurantismo. Não se podem, fazer em seis meses ou num ano.

Para que a reforma tenha sucesso, acrescentou o ministro da Educação na resposta que deu ao deputado social democrata Carlos Coelho, que lhe colocara uma questão sobre a matéria, tem de ser desejada e protagonizada por todos os portugueses — pais, professores e estudantes.

Roberto Carneiro afirmou, entretanto, que a reforma curricular, essa não pode ser protelada por muito mais tempo e estará toda implantada no ano escolar 1993-1994.

Por outro lado, respondendo ao deputado socialista José Sócrates, o ministro da Educação reconheceu deficiências no sistema da Acção Social Escolar, preconizou menos recurso ao Estado-providência e a necessidade de se recorrer a outras fontes de financiamento afirmando ao mesmo tempo ser preciso que as famílias que podem, paguem mais para que sejam canalizadas para as mais débeis melhoras condições sociais.

O ministro manifestou ainda a esperança de até ao final deste ano introduzir uma melhoria significativa no apoio à acção social escolar e prometeu instalar aqueles serviços no ensino politécnico, ainda este ano.

ALTERAÇÕES AO IVA — A aplicação em Portugal das directivas comunitárias sobre o sistema do IVA obriga à tributação à taxa reduzida de 8 por cento, de bens até agora tributados pela taxa 0 (zero) como são, entre outros, vinhos comuns de mesa ou de pasto, aparelhos ortopédicos, cintas medicocirúrgicas, cadeiras e veículos para deficientes, artefactos e demais material de prótese, utensílios e quaisquer aparelhos para invisuais, utensílios e outros equipamentos exclusiva ou principalmente destinados a operações de socorro e salvamento efectuadas por associações humanitárias e corporações de bombeiros, bilhetes de entrada para espectáculos cinematográficos.

Ao justificar perante o Parlamento (a quem competia aprová-las) estas alterações, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Oliveira Costa, disse que o esgotamento, no final do ano corrente, do período transitório para adaptação do IVA à 6.ª Directiva CEE, obriga a conformar a totalidade da tributação indirecta àquele normativo. Tal significa que se as escolhas de política fiscal no domínio das transacções podem ainda hoje afastar-se em alguns aspectos totalmente do regime comunitário, num futuro próximo Portugal está vinculado a introduzir modificações relevantes na regulamentação do imposto e ficará sujeito a constrangimentos ditados pelo Tratado de Roma e direito derivado.

RÁDIO — A atribuição de várias frequências regionais e uma nacional de Rádio vai demorar ainda cerca de dois anos, revelou no Parlamento o ministro Couto dos Santos. São precisos profundos estudos técnicos e é necessário estabelecer acordos com os países vizinhos, nomeadamente com a Espanha e Marrocos.

Couto dos Santos, que considerou o espectro radioelétrico nacional num caos, disse, em resposta ao deputado comunista José Manuel Mendes, que não se pode falar de discricionariedade relativamente à Comissão Consultiva para a atribuição de frequências, integrada por membros eleitos pela Assembleia da República e por técnicos de quem não se pode dizer que tenham preocupações políticas.

AUTONOMIA INSULAR — A autonomia insular não é, para o PSD, apenas uma questão de bandeira. Constitui, acima de tudo, um exemplo provado sobre o terreno, de como a aplicação do ideário social democrata à luz dos princípios da descentralização político-administrativa, se tem traduzido inequivocamente, num surto de progresso e bem estar para as populações dos arquipélagos dos Açores e da Madeira.

A afirmação é do deputado social democrata Mendes Bota ao referir-se, na primeira reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República após as eleições regionais que «não são para o PSD, sublinhou, uma mera confirmação do poder pelo poder mas significam, da parte das populações insulares, uma manifestação reiterada, indelével e maioritária, de confiança na condução dos destinos daquelas regiões, pelos representantes do PSD».

«O PSD, acrescentou Mendes Bota, tem desde sempre pautado o seu posicionamento nos Açores e na Madeira à luz de quatro princípios basilares: o princípio do reforço da autonomia, da devolução às comunidades regionais dos poderes necessários à defesa dos seus próprios interesses; o princípio da participação democrática das populações na eleição do seu representante; o princípio de eficácia, tendo a privá-lo o rol enorme de benfeitorias infraestruturais e uma orgânica de serviços públicos de características muito particulares e que têm adequado eficazmente à resolução dos problemas das populações. O quarto e último princípio é o da coordenação e da solidariedade. Não subsistem dúvidas quanto ao portuguesismo das populações dos Açores e da Madeira e quanto aos laços de solidariedade recíproca que cada dia se reforçam mais com a população do continente e das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo.»

XI Governo Constitucional

— um ano de Governo (III)

38 — Ainda no âmbito do desenvolvimento regional, registou-se a preparação e apresentação à Comissão das Comunidades Europeias de candidaturas para financiamento, em 1988, através do FEDER, de 1039 projectos de investimento em infra-estruturas, envolvendo um financiamento comunitário total de 89 milhões de contos.

39 — Promoveu-se a criação e regulamentação das novas Sociedades de Fomento Empresarial, especificamente endereçadas ao apoio a jovens empresários que se propõem criar ou adquirir empresas, ou tomar posições em empresas.

40 — Com vista ao saneamento financeiro e à reestruturação económica da Quimigal, da Setenave e da Siderurgia Nacional, foi proposta e aprovada uma lei que autoriza o Estado a assumir as dívidas destas empresas públicas, até ao montante de 170 milhões de contos.

41 — Foi aprovada a nova lei de Bases da Reforma Agrária, revendo o regime jurídico da zona de intervenção da reforma agrária e encerrando o ciclo conflitual quanto à posse e exploração da terra que perdura no Alentejo há mais de dez anos. A nova lei permite a realização de uma política agrícola consentânea com a integração europeia e penaliza o abandono e o mau uso da terra. São criadas condições de estabilidade que favorecem o aumento do investimento, da produção e da produtividade, assim contribuindo para a melhoria do rendimento de quantos nela trabalham.

42 — Aprovou-se também, o diploma que estabelece as condições de fixação e pagamento das indemnizações aos titulares de terras expropriadas na zona de intervenção da reforma agrária.

43 — No plano da estrutura fundiária nacional, foi aprovada legislação referente ao emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos e explorações agrícolas, visando adaptar a nossa Agricultura às condições de concorrência da Europa Comunitária, aproximando as áreas das explorações à média da CEE, acautelando a protecção dos recursos naturais e garantindo limites mínimos das explorações em função das características próprias de cada região.

44 — A nova lei do arrendamento rural igualmente aprovada pretende ser um instrumento flexível de estímulo à produção agrícola, proporcionando ao rendeiro maior estabilidade no arrendamento, garantindo ao proprietário condições de estímulo ao arrendamento da terra e criando incentivos ao surgimento de jovens agricultores.

45 — No domínio da floresta, foi aprovado um novo regime de arrendamento florestal que visa o aumento da produção da floresta e a valorização do seu património assegurando o abastecimento regular de um sector importante da indústria nacional. A nova lei protege o proprietário da terra, normalmente a parte mais fraca neste tipo de arrendamento, criando, ao mesmo tempo, estímulos ao rendeiro para a realização de benefícios de conservação do património florestal.

46 — Foi aprovado um pro-

grama nacional de Reestruturação da Vinha, envolvendo encargos globais superiores a 35 milhões de contos.

47 — A modernização da frota pesqueira e da aquacultura é outra das linhas de acção do Governo tendo sido aprovado um sistema próprio de incentivos ao investimento de reorientação e modernização da frota de pesca artesanal, a par de um esforço na formação profissional do sector com a abertura de novos centros.

48 — No campo dos recursos energéticos, foi aberta à iniciativa privada a produção independente de energia eléctrica, fomentando uma mais intenso aproveitamento dos recursos nacionais e viabilizando economicamente novas empresas ou unidades produtoras de energia eléctrica criadas por empresas privadas, cooperativas ou autarquias locais, com benefícios importantes pela diminuição das suas despesas de electricidade através da autoprodução e eventual cedência de excedentes à rede da EDP.

49 — Tendo em vista um indústria de construção civil competente e preparada para o desafio europeu, procedeu-se à aprovação do novo Regime de Alvarás de Obras Públicas, mediante uma revisão profunda das condições de acesso e permanência na actividade de empreiteiro de obras públicas, industrial de construção civil e fornecedor de obras públicas. Para o efeito e com o mesmo objectivo, institui-se o Conselho de mercados de obras públicas e particulares no qual participam as associações empresariais e profissionais, ao qual incumbe a gestão do sistema de atribuição de alvarás e o controlo dos custos de construção.

50 — No domínio dos transportes, registou-se a aprovação da Lei de Bases do sistema de transportes terrestres, que substituirá legislação que data da década de 40 e constituirá o enquadramento normativo e ponto de partida para a reformulação do ordenamento legal e regulamentar dos transportes terrestres no País, no sentido da desregulamentação e da liberalização sem prejuízo de, nas áreas urbanas, se instituir o melhor planeamento e coordenação. Foram, assim, definidos em moldes actualizados os conceitos, princípios e objectivos em que deverão assentar a disciplina jurídico-económica do sector, tendo em consideração as implicações da política de transportes comunitária.

51 — Foram atribuídas participações para renovação das frotas rodoviárias, abrangendo os serviços municipalizados de transportes, e prosseguiu o esforço de melhoria dos resultados financeiros nas principais empresas nas Regiões de Lisboa e do Porto, diminuindo a participação dos contribuintes em geral, para os transportes nestas Regiões.

52 — O processo de modernização das vias de comunicação, em especial a rede de estradas principais e os Aeroportos do Porto e de Faro, continuou a acelerar-se por forma a recuperar atrasos vindos de muitos anos atrás.

53 — No que concerne à modernização das vias rodoviárias foi lançado o concurso

de pré-qualificação internacional para a empreitada de alargamento para seis faixas de rodagem, do tabuleiro rodoviário da ponte sobre o Tejo em Lisboa, iniciados os trabalhos nos lanços da auto-estrada Aveiras de Cima/ Santa-rém/Torres Novas, com vista a terminar, até 1992, a auto-estrada entre Braga e Setúbal.

54 — No tocante aos transportes ferroviários, concretizou-se a aprovação do Plano de Modernização e Reversão dos Caminhos de Ferro (1988-1994), o qual define as linhas de orientação, as bases programáticas e a respectiva cobertura financeira e cujo investimento ascende a mais de 200 milhões de contos.

55 — Estabeleceu-se a redução de 50% nas tarifas dos transportes interurbanos para crianças de idade até 12 anos, e institui-se a obrigatoriedade legal de essas crianças viajarem no banco de trás nos transportes privados.

56 — foi aprovado, no domínio dos portos, o novo Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias, consagrando-se um regime ajustado às características específicas do trabalho portuário e à nova orgânica das respectivas Administrações.

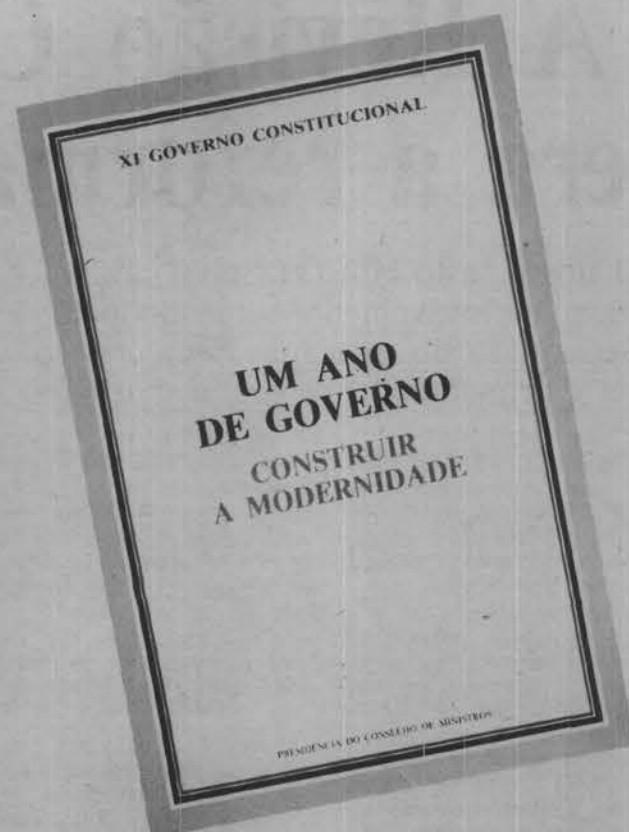
57 — No âmbito das comunicações, operou-se a revisão do regime de licenciamento de

estações e redes de radiocomunicações, possibilitando a utilização eficaz de novos equipamentos de comunicação via rádio. Ao mesmo tempo, e traduzindo mais um passo na reforma deste sector, entrou definitivamente em funcionamento o Instituto das Comunicações de Portugal, terminando-se com uma situação de vazio que durava há já vários anos.

58 — No domínio do comércio externo, arpoou-se o lançamento de uma vasta campanha de promoção da imagem de Portugal no Estrangeiro, com o objectivo de tornar o nosso país mais conhecido por si e como parceiro económico, e facilitar a obtenção de resultados mais favoráveis nas áreas do comércio externo, turismo e investimento estrangeiro.

59 — Procedeu-se, por outro lado, à regulamentação do sistema de compras em grupo, definindo-se o seu adequado regime legal.

60 — Concretizou-se, ainda, a celebração de um acordo comercial com a Espanha, antecipando de um ano o fim da contingência dos produtos têxteis portugueses, aumentando os contingentes para o ano de 1988 e assim proporcionando um incremento das nossas exportações para aquele país.



61 — O IAPAMEI, através da aprovação da sua nova estrutura orgânica, passou a prestar apoio às empresas do ramo do comércio e serviços, no tocante ao investimento ou à sua modernização, tal como já sucedia para as empresas industriais.

Trata-se do reconhecimento do papel cada vez mais relevante que o sector terciário ocupa na actividade produtiva nacional.

62 — Na vertente do turismo, foi aprovado o sistema

de incentivos financeiros ao investimento turístico, o qual prevê financiamentos a fundo perdido visando o fomento de novas zonas turísticas ou a melhoria da oferta actual, a criação de novos produtos e a recuperação de meios de alojamento degradados.

63 — Definiu-se, por outro lado, um programa especial de apoio ao investimento na recuperação das instâncias termais, conhecida que é a importância deste sector para a valorização do turismo nacional.

III Promover o bem-estar reforçar a solidariedade

A promoção do bem-estar dos Portugueses e o reforço da solidariedade constituem superiores objectivos de uma política social inspirada na defesa dos valores e direitos fundamentais do Homem.

Neste contexto, a Saúde, o Emprego, a Habitação, a Segurança Social e o Ambiente são áreas que se revestem de inegável significado político e profundo alcance social, constituindo instrumentos fundamentais para a melhoria das condições e da qualidade de vida dos cidadãos, a par do desenvolvimento de uma política concertada de rendimentos e emprego.

Daí as profundas mudanças operadas no domínio da Saúde, visando combater os desperdícios, racionalizar o sistema e melhorar a qualidade dos serviços prestados, a par da circunstância da taxa de mortalidade infantil em Portugal ter abrangido, em 1987, o valor mais baixo de sempre. Daí as modificações estruturais na legislação sobre o trabalho, introduzindo-lhe maior flexibilidade e adaptando-a aos padrões comunitários; daí a continuada aposta na redução das carências habitacionais, dinamizando o sector da construção civil e estimulando a acção dos respectivos agentes económicos; daí as novas regras no domínio da segurança social, impondo moralização ao sistema para que ele possa servir com mais eficácia as exigências da solidariedade para com os mais carenciados da sociedade; daí o redobrado empenho na formação profissional,

introduzindo transparência e rigor na obtenção e classificação de verbas que se destinem a formar profissionais com maior qualidade; daí a aposta determinada e firme na defesa do ambiente e dos nossos recursos naturais, valorizando um património que é de todos e que nada nem ninguém tem o direito de destruir ou inviabilizar.

As medidas a seguir enunciadas constituem alguns dos marcos mais significativos da actuação exercida nas áreas em apreço.

64 — A nova lei de gestão hospitalar foi aprovada. Introduziram-se profundas alterações no funcionamento global do hospital, na estrutura dos serviços e no sistema de gestão por forma a combater os desperdícios de dinheiros públicos, rentabilizar os serviços prestados e melhorar a sua qualidade. Adaptando regras modernas de gestão e terminando com o sistema de eleição dos gestores hospitalares pelos funcionários do próprio hospital, a nova lei rompe com a visão corporativa da gestão dos hospitais e evidencia que os gestores representam, no hospital, os cidadãos a quem prestam serviço.

65 — No domínio da rede hospitalar o Hospital de S. Francisco Xavier atingiu a plena utilização das suas capacidades, nomeadamente com a extensão dos serviços de urgência ao atendimento dos politraumatizados. Efectuou-se ainda a adjudicação dos novos grandes Hospitais de Almada, Amadora/Sintra e de Matosinhos e abriu-se concurso público para os novos hospitais

de Leiria e de Vila Nova de Gaia, estando quase concluídos os de Guimarães e de Vila Real.

Procedeu-se, também, à abertura de novos serviços em diversas unidades hospitalares, nomeadamente no domínio das doenças cardiovasculares.

A rede hospitalar do País conheceu, assim, um avanço sensível acompanhada de uma clara melhoria da produtividade dos hospitais distritais.

66 — Estabeleceu-se um novo regime de comparticipação do Estado nos preços dos medicamentos, bem como uma nova metodologia de fixação daqueles preços. Visa-se garantir o acesso dos cidadãos aos medicamentos de que necessitam, assegurando a melhor relação custo/benefício.

Intensificou-se, ao mesmo tempo, o combate à fraude em receitas e meios auxiliares de diagnóstico, com a introdução de códigos de barras que vão permitir um maior rigor e um controlo mais efectivo dos gastos públicos.

67 — Procedeu-se, por outro lado, à aprovação do novo regime de abertura e transferência de farmácias, com obrigatoriedade de prévio concurso público, por forma a garantir maior rigor e transparência nas decisões.

68 — O material hospitalar passou a ter uma maior rentabilidade com a entrada em funcionamento da chamada «feira das trocas», através da qual se possibilita o aproveitamento de equipamentos subutilizados ou parados em algumas unidades e que passam a poder ser utilizados em outras. Conseguiram-se, desta forma, poupanças no montante de

300 mil contos.

69 — Incentivou-se o combate à droga com a expansão da capacidade de tratamento de toxicodependentes, tendo entrado em pleno funcionamento o Centro das Taipas, em Lisboa e iniciado a sua actividade o novo serviço no Algarve.

70 — Noutra área da governação — a do emprego — uma nova e importante reforma estrutural foi aprovada. Trata-se da revisão da legislação laboral.

Flexibilizam-se as regras actualmente em vigor, estabelecendo-se, à semelhança do que acontece nos outros países europeus, que a cessação do contrato de trabalho pode ter lugar no caso em que objectivamente se reconhece haver motivos económicos, tecnológicos, estruturais ou de mercado que inviabilizam a relação de trabalho.

Defendem-se, ao mesmo tempo, os interesses dos trabalhadores — consagra-se o seu direito à reintegração quando o despedimento for ilegal; fixa-se uma adequada indemnização, com base no tempo de serviço; promove-se uma correcta intervenção das suas organizações representativas. Paralelamente, o projecto de revisão dos contratos a prazo visa limitar o seu uso indiscriminado.

A nova legislação, quando comparada com a actual, é mais justa para os jovens desempregados, favorece o investimento produtivo, estimula um clima de maior responsabilidade e promove a valorização dos recursos humanos.

Continua na página 15

Faria de Oliveira na Secção D

Amanhã, dia 27, pelas 21h30 na sede da Secção «D» de Lisboa, na Rua Rosa Araújo, n.º 16 - 1.º Esq., FARIA DE OLIVEIRA, Secretário de Estado do Tesouro, presidirá a uma reunião de militantes para análise da situação político-partidária.

VEIRA, Secretário de Estado do Tesouro, presidirá a uma reunião de militantes para análise da situação político-partidária.

Vitor Reis na Secção E

O vereador da C. M. de Lisboa, Vitor Reis, preside no próximo dia 27, às 21h30, na Secção E de Lisboa (R. Forno do Tijolo) a uma reunião sobre o tema «Chiado».

TSD NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

E.P.A.L.

SECRETARIADO DE SECÇÃO

Presidente: Gerardo Ferreira
Vice-pres.: João Manuel Lobo da Silva
Vogais: Mário Alves Sequeira, António Manuel Félix Domingos.

Petroquímica e Gás de Portugal

Presidente: Délio Tiago de Matos Canau

Vice-pres.: José Nunes Simões Pereira

Vogais: Josué Valentim da Tereza, António Guerreiro Silva, Maria Helena Jesus Esteves, Maria Emília R. J. Mourato e Justino José Gonçalves.

Aeroportos de Navegação Aérea

SECRETARIADO DA SECÇÃO DE EMPRESA

Presidente: Fernando Manuel D'Carranca de Oliveira

Vice-pres.: António José Pratt

Vogais: António Manuel Fernandes Nunes, Olinda Máxima Ribeiro Jardim, João Batista Jorge Serro, António Marques Cavaleiro e Mário Daniel Martins F. Alemão.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL DO PSD

Fernando José da Fonseca e Castro e Mário Vaz Antunes.

P'lo Secretariado Distrital (Assinatura ilegível) 88.10.21.

TSD - CONVOCATÓRIAS

Alfândega

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD da Empresa: Alfândega para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 03/11/88, entre as 17,30 e as 19,00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113, 3.º Esq., em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Eleição do Secretariado de Secção de Empresa.
- Eleição dos Delegados à A. Distrital.

Banco Fonsecas & Burnay

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML), convoca todos os filiados dos TSD da Empresa: Banco Fonsecas & Burnay para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 10/11/88, entre as 15,00 e as 16,00 e as 19,00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113, 3.º Esq., em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- Eleição do Secretariado de Secção de Empresa.

T. L. P.

Ao abrigo dos Estatutos, o Secretariado Distrital de Lisboa dos TSD (AML) convoca todos os filiados dos TSD da Empresa: T. L. P. para reunirem em Assembleia de Secção (Assembleia Eleitoral) no próximo dia 10/11/88, entre as 15,00 e as 20,00 horas, na Rua da Conceição, n.º 113, 3.º Esq., em Lisboa, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS:

1. — Eleição do Secretariado de Secção de Empresa.
2. — Eleição do Delegado à Assembleia Distrital.

Manuel Moreira em Estarreja

O secretário-geral adjunto do P.S.D., Manuel Moreira, preside, na próxima sexta-feira, dia 28, às 21,30 horas a um colóquio, na Secção do P.S.D. de Estarreja, no qual abordará o tema: «Poder Local e a Estratégia do P.S.D. para as Eleições Autárquicas de 1989».

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Distrital de Beja

MESA DA ASSEMBLEIA DISTRITAL

Presidente — Joaquim José Acabado Janeiro;
Vice-presidente — Gaspar Negreiros Camacho Cruje;
Secretários — José Nunes Evaristo Mosca e Carlos Manuel do Prado Flecha Rodrigues.

COMISSÃO PERMANENTE DISTRITAL

Presidente — António do Carmo Branco Malveiro;
Vice-presidentes — Luís Manuel das Neves Rodrigues e António Marciano Graça Lopes.

Tesoureiro — José Amaro Freire Marreiros Figueira;
Vogais — Rui Manuel Veríssimo Conceição Conduto, José da Silva Parreira, Maria Lisaete Pombeiro, António Manuel Ferreira Freire, Francisco Galamba Chicharo, Elísio da Silva Gama e Joaquim Alberto Guerreiro Mamede.

CONSELHO DE JURISDIÇÃO DISTRITAL

Luís Manuel Santos Rosa Galrito, Paulo André Garrido, António Guerreiro de Matos Brás, Maria Helena Saramago Cara Nova e Manuel Grilo Lopes Dias.

Viseu

MESA DA ASSEMBLEIA DE SECÇÃO

Presidente — Sérgio de Figueiredo Tavares
Vice-pres. — Jorge Manuel Jesus Vasconcelos Cunha
Secretário — Ernesto da Costa Ribeiro.

COMISSÃO POLÍTICA DE SECÇÃO

Presidente — José Manuel Henriques Mota Faria
Vice-pres. — Luís Manuel Gonçalves de Paiva

Tesoureiro — Valdemar Gomes Freitas

Vogais — Mário Luís Guerra de Sequeiro e Cunha, José Ferreira dos Santos, Manuel Silvino Antão, António Elísio de Jesus Dias, Manuel Filipe Marques, Jorge Manuel Rodrigues, Fernando António Almeida Carlos e Carlos Frederico Campos Marques da Silva.

Secção I

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente: — Manuel Fernando Dias de Almeida

Vice-presidente — Fernando Ângelo Gonçalves

Tesoureiro — António Moura da Paz

Vogais — José Eduardo Castela Mendes Correia, Luís Manuel Barata das Neves, José Alberto Santos Mourisca, Henrique Praia da Rocha de

Freitas, Mário Fernando Santos Potrica e José Eduardo Rego Martins.

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente — Ricardo Sollacar Pittschiller
Vice-presidente — António Gouveia Pina Mourisca
Secretário — Maria Helena Afonso de Almeida

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL DA A.M.L.

Fernando Ângelo Gonçalves, Luís Manuel Barata das Neves, José Alberto Santos Mourisca, António Moura da Paz, Henrique Praia da Rocha de Freitas, Maria Helena Afonso de Almeida, Mário Fernando Santos Potrica, José Eduardo Castela Mendes Correia e Filipe Nunes Portugal.

Viana do Castelo

MESA DO PLENÁRIO

Presidente — Hilário Torres de Azevedo Marques
Vice-presidente — Manuel Rodrigues de Freitas
Secretário — Isabel Maria Lima Araújo

COMISSÃO POLÍTICA DA SECÇÃO

Presidente — Domingues Gomes Afonso

Vice-presidente — José Artur Oliveira Alvarães

Tesoureiro — Abílio Borja Serafim

Vogais — José Henrique Coelho, Esau da Silva Rocha, Rogério Cesário Cunha Pereira, João Fernando R. da Cruz, António Miranda Afonso Branco, Alcino Ferreira de Lemos, António Costa e Silva e António Meira Teixeira.

DELEGADOS À ASSEMBLEIA DISTRITAL

Francisco Torres Sampaio, Francisco Manuel Torres Rodrigues, Jorge Manso Gigante, António Miranda Afonso Branco, Alcino Ferreira de Lemos, António Costa e Silva, António Meira Teixeira, José Lima Fernandes, Armando da Rocha Moreira, David Miranda Pereira, José Viana Alves Martins, Mário Francisco Sola de Castro, Abílio Borja Serafim, Adelino Martins Gonçalves da Costa, Aníbal Lima Alves de Brito, Rogério Pimenta Agra, Domingues Gonçalves Pereira, José António Lima Pinto e Isabel Maria Cordeiro S. Silva.

Secção C

Corrigindo a lista publicada no «Povo Livre» de 10 de Agosto último, informa-se que o Vice-presidente da Comissão Política da Secção C (Olivais e Marvila) é Manuel Gameiro Costa.

III Promover o bem-estar Reforçar a solidariedade

71 — A penalização do recurso ao trabalho infantil tornou-se mais severa. A semelhança do que se fez com os salários em atraso, que praticamente desapareceram, visa-se com as novas sanções combater drasticamente a chaga social do trabalho infantil.

72 — Foi aprovada nova legislação tendente a normalizar a situação dos contribuintes para a segurança social. Pretende-se, com o novo regime, regularizar a situação das dívidas vencidas e não pagas, estabelecendo adequadas sanções a quem não cumprir as obrigações assumidas.

73 — Promoveu-se a actualização do salário mínimo nacional, das prestações por invalidez e das pensões atribuídas aos beneficiários dos regimes de segurança social, velhice ou morte, em valores claramente superiores aos da taxa de inflação operada, situando-se na ordem dos 13 por cento.

74 — Através de um novo regime legal, permitiu-se, pela primeira vez, a atribuição de uma pensão unificada de velhice aos trabalhadores que tenham desconto para o regime geral da segurança social e para a função pública.

75 — Foi criada a Comissão Nacional para a Política da Terceira Idade. Com esta decisão pretendeu-se o estabelecimento de condições institucionais adequadas à definição e execução de uma política de

âmbito nacional de velhice.

76 — Uma Proposta de Lei de Bases da Reabilitação foi apresentada à Assembleia da República. Visa-se, nomeadamente, promover a reintegração dos deficientes na sociedade, adoptando as medidas adequadas para, em domínios tão diversos como o urbanismo, o desporto, os transportes ou a educação, lograr a consecução daquele objectivo.

77 — No âmbito da formação profissional, e para além dos protocolos de criação de diversos Centros de Formação Profissional, definiram-se ainda:

Novas regras de acesso ao Fundo Social Europeu, visando a rentabilização das verbas comunitárias, maior transparência na sua obtenção e moralização na sua aplicação;

Os direitos e deveres dos formandos, e bem assim das entidades beneficiárias de apoios financeiros, através da aprovação do Estatuto de Formando.

78 — Noutro domínio, aprovou-se legislação que estabelece o alargamento à Administração Pública do regime jurídico da garantia de igualdade entre homens e mulheres no trabalho e no emprego.

79 — No domínio da Habitação foi criado o novo Regime Especial de Participação para a Recuperação de Imóveis Arrendados (RE-CRIA). Este regime prevê a atribuição de participações a fundo perdido, por parte das Administrações Cen-

tral e Local, visando a recuperação de casas arrendadas.

80 — As cooperativas de habitação económica passaram a poder celebrar contactos de financiamento com bonificação de juros destinados à aquisição e construção de habitações para os seus associados.

81 — Estabeleceu-se um regime particularmente favorável para o financiamento da aquisição de fogos construídos em operações de realojamento.

82 — Reformuladas foram igualmente as condições de alienação de fogos de habitação social até agora propriedade do Estado. O objectivo deste novo regime consiste em facilitar a sua venda aos respectivos inquilinos.

83 — Noutro plano, concretizou-se a concessão de empréstimos aos municípios, em condições especialmente favoráveis, para infra-estruturas de solos, em áreas de construção clandestina recuperável.

84 — Na área do Ambiente e Recursos Naturais, novas áreas protegidas foram aprovadas, tendo em vista a defesa da paisagem, dos recursos existentes, dos meios e «habitats» naturais.

Destacam-se essencialmente:

— A criação do Parque Natural da Ria Formosa;

— A Área da Paisagem Protegida do Litoral de Espinho;

— A Área da Paisagem Protegida do Sudoeste Alente-

jano e Costa Vicentina;

— A Reserva Natural do Paul de Arzila;

— A criação do Gabinete da Ria de Aveiro.

85 — Estabeleceu-se, ainda, um protocolo com o Corpo Nacional de Escutas visando apoiar acções de protecção e conservação dos patrimónios cultural, económico e defesa do ambiente.

86 — Assinala-se ainda, no âmbito dos recursos hídricos e da conservação da natureza, as seguintes infra-estruturas e acções concluídas:

Barragem de Ranhados para abastecimento de água aos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Meda e São João da Pesqueira; Sede e Centro de Informação da Reserva Natural do Paul do Boquilobo (Torres Novas); Centro de Interpretação e Informação do Parque Natural de Alvão, em Mondim de Basto; Sede do Parque Natural da Peneda-Gerês, em Braga; Sede e Centro de Acolhimento do Parque Natural do Estuário do Sado, em Setúbal; e Parque de Campismo do Outão, na Arrábida.

87 — Cerca de 1200 habitações clandestinas foram demolidas, sendo 508 na região de Alcobaca, 100 na do Balear (Peniche), 150 em Albarquel (Setúbal), 131 em Sintra e mais de 200 na Fonte da Telha (Almada), na perspectiva de defender e preservar um património cultural e ambiental que a todos pertence.

(Continua)

Oliveira Martins

Auto-estradas: rede total em 1992

AS auto-estradas portuguesas vão funcionar a 100 por cento até 1992, assim como as estradas principais, a 80 por cento — anunciou, no Porto, o ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Oliveira Martins disse que Portugal vai assistir a uma acentuada e crescente liberalização dos transportes, a todos os níveis, tendo salientado que a mudança, radical, a operar no sector, implica o início dos transportes rodoviários em cabotagem, total liberdade do transporte marítimo no espaço comunitário, regras adequadas e satisfatórias para o transporte aéreo e maior interpenetração das redes nacionais.

«A substancial melhoria dos transportes urbanos e suburbanos é inadiável» — disse Oliveira Martins, que considerou ainda metas para 1992 a aceleração do programa integrado das infraestruturas da região de Lisboa e do Porto.

Tráfego Aéreo

Dias antes, em Lisboa, o ministro Oliveira Martins



anunciara que a melhoria do tráfego aéreo em Portugal passa pela abertura, nos próximos anos, de novas instalações, incluindo aerogares, nos aeroportos do Porto e de Faro, bem como ampliação e modernização dos aeroportos da Portela, Ponta Delgada e Horta.

Segundo o ministro, para responder ao desafio da concorrência os responsáveis pela infra-estruturas aeroportuárias devem melhorar as suas instalações para assegurar um serviço de grande segurança operacional, elevada qualidades e custos moderados.

Fernando Nogueira

Mais 40 tribunais

O ministro da Justiça, Fernando Nogueira, anunciou que vão ser desenvolvidos, nos próximos quatro anos, os processos de construção de quarenta tribunais.

Fernando Nogueira, que esteve de visita à região da Beira Alta, disse que 15 concursos já foram lançados e anunciou para aquela região novos imóveis nas comarcas de Seia e Fornos de Algodres e melhorias nos de Celorico da Beira, Guarda, Sabugal e Trancoso.

O ministro defendeu que as regiões do interior devem ter um desenvolvimento auto-suficiente, cabendo ao poder político criar as condições necessárias para que esse mesmo desenvolvimento se concretize.

Fernando Nogueira assinou entretanto, na passada sexta-feira, um acordo judiciário com o seu homólogo húngaro, Kalma'n Kulosa'r, tendo então formulado o voto de que o documento «não seja um ponto de chegada mas de partida» na cooperação entre os dois ministérios. O acordo assinado é uma convenção de 35



artigos «relativa à execução recíproca das decisões em matéria penal».

Fernando Nogueira qualificou a convenção como sendo a expressão de «um esforço bilateral de aproximação entre

países que se respeitam e estimam». Assinalou, por outro lado, «campos de convergência», relativos, designadamente, aos casos de extradição, transferência de processos crime e cooperação judiciária.

O ministro referiu os preparativos que estão a ser feitos em Portugal para responder ao desafio do mercado único europeu, e, tal como afirmou, «parece fora de dúvida que estão a criar-se condições para que, neste final de século XX, o transporte aéreo se expanda, de novo, a ritmos superiores aos dos últimos anos». Acrescentou, a propósito, que durante o ano passado foi de sete milhões o número total de passageiros servidos em todos os aeroportos portugueses.

Coperação RFA - Portugal

A República Federal da Alemanha poderá vir a cooperar com Portugal no apoio tecnológico e no fornecimento de «know-how» aos países africanos de expressão portuguesa, segundo foi revelado em conferência de Imprensa pelos ministros da Agricultura dos dois países:

O ministro alemão, Ignaz Wiechle, que esteve em Lisboa durante alguns dias, enalteceu o esforço português para a modernização da Agricultura e sublinhou que, por parte da RFA, não haverá dificuldades em conceder um prazo superior a 1992 para o sector agrícola português.

Durão Barroso na Argélia

Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, regressou de uma visita de três dias à Argélia, no decorrer da qual abordou com as autoridades locais questões de natureza económica e cultural bilateral.

Durão Barroso contactou, em Argel, diversos membros do governo argelino.

Facilidades no pagamento do Imposto Complementar

O Governo vai conceder facilidades de pagamento do Imposto Complementar no próximo ano, com prestações até 3 anos ou a prazo com desconto, anunciou Miguel Cadilhe por ocasião da apresentação do Orçamento do Estado ocorrida na última semana.

O ministro das Finanças sublinhou que as facilidades de pagamento abrangem igualmente o imposto complementar A e B e ainda a Contribuição Industrial e o imposto sobre a indústria agrícola.

Por outro lado, Miguel Cadilhe referiu que no próximo

ano não haverá pagamento do Complementar para os contribuintes cuja colecta não ultrapassa os 12 contos ou o rendimento seja inferior a 1200 contos ou 1000 contos, para casados e solteiros, respectivamente. O benefício estende-se igualmente aos contribuintes cujo rendimento colectável, líquido de imposto seja igual ou inferior a 300 ou 250 contos, para casados e não casados, respectivamente.

Além disso, Miguel Cadilhe referiu que os contribuintes vão ver acrescida uma nova

vantagem já que os escalões serão actualizados em 7 por cento.

Por último, o ministro das Finanças anunciou ainda que, quem investir em 1989, até à data da declaração do imposto complementar, em unidades de participação de fundos de investimento mobiliários (Fim's), poderá deduzir na matéria colectável 20 por cento do investimento até ao limite de 500 contos. Segundo o ministro, «é uma forma de estimular o mercado de capitais e aliviar a carga fiscal do Imposto Complementar».

Couto dos Santos

1992: o maior desafio

O mercado único europeu de 1992 é «o maior desafio do pós-guerra», com vertentes de ordem política, social, económica e cultural — afirmou o ministro da Juventude ao falar, em Bragança, na sessão de encerramento de uma reunião do Conselho da Europa de Jovens Agricultores.

Couto dos Santos disse que os agricultores devem, cada vez mais, assumir-se como empresários, mas salientou que «há que alterar atitudes e culturas», para que os jovens empresários agrícolas sejam mais interventores em termos científicos e tecnológicos.

Há, segundo o ministro, que fazer ouvir a voz dos mais jo-

vens, pois serão eles os principais executores do grande mercado interno que se avizinha. O ministro defendeu ainda a dinamização do associativismo agrícola.

Sobre a política agrícola comum comunitária, o ministro Couto dos Santos tem algumas reservas em relação à sua evolução e defendeu que ela deve evoluir mais rapidamente.

SOCIAL DEMOCRACIA PARA PORTUGAL